



ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2022

- - Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal de Arruda dos Vinhos, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos. -----

- - Presentes no início da reunião a Presidente da Assembleia Municipal, **Catarina Gertrudes Pulguinhas Gaspar**, o Primeiro Secretário, Jorge Paulo Carvalho Cunha, e a Segunda Secretária, Sónia Cristina Ramalho Camilo-----

Presenças: -----

Deputados Municipais -----

- - José Augusto Ferreira Almeida-----

- - Paulo Miguel Santos Moniz-----

- - Firmo Carpinteiro Ferreira -----

- - Emília Maria Vale Rucha -----

- - Maria de Fátima Coelho Rabaçal de Paiva -----

- - Pedro Guilherme Nunes Fernandes -----

- - Edi Manuel Lemos Gama -----

- - Carla Maria Lopes Pantaleão do Norte-----

- - José Luís Ferreira Mendes de Sousa (em substituição de Sara Vanessa Carvalheira Ferreira Gligó)-----

- - Maria Rosário dos Santos Ferreira -----

- - Rui Miguel Tomé Moreira -----

- - Raquel Nuncio Fragoso Rodrigues de Carvalho -----

- - Maria do Carmo Machado Francisco -----

- - António Maria Ribeiro Corrêa Esteves da Fonseca -----

- - Bernardo Dinis Narciso-----

- - Ricardo Jorge Vicente Talixa-----

- - Quirino Manuel Perguiça Dionísio-----

- - António Joaquim Henriques Reis -----

- - Pedro Miguel Paulino Mateus – Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó -----

- - Fábio Miguel Romão Morgado – Presidente da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos -----

- - Hélio António Zacarias Vicente – Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos -----

- - Fábio Alexandre Santos Amorim – Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas -----

Representantes da Câmara Municipal:-----

- - O Presidente - André Filipe dos Santos Matos Rijo -----

- - A Vice-Presidente - Carlos Manuel Jorge Alves-----

- - O Vereador - Hélder Carlos Baixinho de Carvalho-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

- - A Vereadora - Rute Miriam Soares dos Santos -----

- - O Vereador - Paulo César da Silva Pinto -----

- - A Vereadora - Carla Teresa Munhoz Pinheiro -----

- - O Vereador - João Pedro Marquis Garcia Rodrigues-----

- - A sessão foi secretariada pela Assistente Técnica Ana Isabel Amorim Mendes -----

INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ---

Guerra na Roménia -----

- - Referiu que infelizmente, não se estão a viver os melhores períodos da história, ainda não se acabou a guerra da Covid, que levou tantas pessoas queridas, familiares e amigos e, já se está a entrar numa nova guerra, sem se saber muito bem o que vai acontecer. Uma guerra que nunca se pensou vir a vivenciar. -----

- - A Assembleia Municipal mostra-se solidária com todo o povo Ucraniano e mais concretamente com a comunidade ucraniana em Arruda. Arruda está de braços abertos para os acolhe e tudo fará para lhes proporcionar a paz e o sossego que tanto desejam e precisam. -----

- - De seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal convidou todos os presentes a fazer um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra.-----

Eleições Legislativas-----

- - Enalteceu a forma como decorreu as eleições legislativas. Agradeceu às Juntas de Freguesia, aos serviços municipais e aos voluntários que se mobilizaram para que tudo corresse da melhor forma. Agradeceu ainda à Proteção Civil, aos representantes dos Partidos Políticos e a todos aqueles que de alguma forma, estiveram envolvidos como membros de mesa, mas sobretudo fez um agradecimento muito especial aos arrudenses, porque houve uma abstenção francamente abaixo do que é normal. “Os arrudenses estão de parabéns dignificaram a democracia e este ato eleitoral.” -----

III Congresso da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais-----

- - Referiu que o congresso tinha decorrido no passado sábado, dezanove de fevereiro na Covilhã, e a documentação já tinha sido entregue.-----

- - Assim, estaria à disposição dos Senhores Deputados para alguma questão que queiram colocar em relação ao Congresso.-----

- - Entretanto, a Assembleia Municipal, recebeu um e-mail a agradecer a participação, a intervenção e a participação na mesa do Congresso. -----

Exposição das Mulheres Laureadas com o Prémio Sakharov -----

- - A Senhora Presidente, convidou todos os presentes a visitarem a exposição sobre as Mulheres Laureadas com o Prémio Sakharov , que é um prémio atribuído à liberdade de pensamento. A exposição vai estar presente até dia vinte e oito de fevereiro. -----

Voto de louvor à Professora Emília Rucha-----

- - A Presidente fez um agradecimento à professora Emília Rucha pelo merecido louvor que recebeu, do Conselho Pedagógico, pela prestação que tem feito na CPCJ - Comissão Proteção de Crianças e Jovens, devido ao seu empenho e dedicação a uma causa tão nobre como são as crianças jovens e o seu bem-estar.-----

Prémio Nacional de Reabilitação Urbana -----



- - A Presidente referiu que Arruda está, mais uma vez, de parabéns, uma vez que um projeto de reabilitação urbana apresentado pelo Arquiteto Pedro Cavaco e o seu atelier, foi selecionado para o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana. -----

----- **Intervenção do público** -----

Intervenção do Senhor Adelino Ramos -----

- - Colocou as seguintes questões: -----

Bolsa de estacionamento na zona antiga da Vila -----

- - Referiu que no programa eleitoral do Partido Socialista, era falado criar uma bolsa de estacionamento na zona antiga da vila de Arruda, de forma a permitir uma solução de estacionamento. Questionou como está essa situação. -----

Obras de adaptação no Pavilhão Multiusos -----

- - Gostaria de saber em que ponto está o projeto de adaptação do pavilhão multiusos, a sala de espetáculos com uma capacidade para quatrocentas a quinhentas pessoas. -----

Falta de patrulhamento no Concelho -----

- - Referiu que, em relação à segurança do Concelho, as pessoas queixam-se da falta de patrulhamento por parte da GNR - Guarda Nacional Republicana, incluindo o Parque das Rotas onde existe muito barulho até horas muito tarde. -----

- - “É necessário que a Câmara exija um patrulhamento mais efetivo por parte da GNR.”

- - Sabe que existe o programa “Escola Segura” mas que não está a funcionar muito bem durante a entrada e saída dos alunos nos centros escolares. No centro escolar que existe na Rua Policarpo Martins de vez enquanto há problemas entre os alunos. -----

ETAR de Arruda dos Vinhos -----

- - Questionou sobre as obras da ETAR de Arruda dos Vinhos, são obras urgentes de forma a resolver os problemas que existem, porque continua a haver descargas de afluentes de origem desconhecida e de origem industrial, o que é um atentado à saúde pública, à fauna e à flora. -----

Variante à Vila de Arruda -----

- - Questionou se já foi lançado o concurso para a construção da variante e qual a data. -

Placas de toponímia -----

- - Referiu que é necessário fazer uma vistoria às placas de toponímia para se saber quais as que precisam de ser substituídas e quais as que precisam que as letras sejam pintadas de forma a que se consiga ler o nome das ruas. -----

Intervenção do município Gonçalo Nuno -----

- - Desejou um bom trabalho à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e ao novo executivo da câmara, para este novo mandato. -----

- - “Quero agradecer ao Senhor Vereador Paulo Pinto, porque sei que ele é de Arranhó, sei que ele gosta de Arranhó como eu gosto. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó merece o apoio que o Senhor Vereador tem dado, e nestes últimos quatro meses já vi mais trabalho feito do que nos últimos oito anos.” -----

Funcionária administrativa da Junta de Freguesia de Arranhó -----

- - Referiu que neste momento, uma das funcionárias da Junta de Freguesia de Arranhó, encontra-se doente, estando a Junta de Freguesia a funcionar só com uma funcionária. --

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

- - A câmara tem que pensar, seriamente em colocar lá um funcionário ou uma funcionária, mas tem que ser uma pessoa com competência para estar à frente daqueles serviços, porque em tempos estiveram lá pessoas em que os serviços não funcionavam bem e estiveram quase a fechar, mas agora está a funcionar a cem por cento e é assim que tem que continuar. -----

Limpeza do rio da Silveira-----

- - Deu os parabéns ao Senhor Vereador Paulo Pinto pela limpeza do rio junto ao circuito de manutenção até Arranhó de Baixo, era uma aspiração antiga que finalmente foi concretizada, ficando a aguardar que a seguir se consiga fazer um passeio pedonal naquela zona. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

Guerra na Ucrânia -----

- - O Senhor Presidente referiu que também se associa ao minuto de silêncio pelas vítimas desta guerra e desta circunstância trágica que se está a viver neste momento e que não deixará ninguém indiferente. -----

- - De seguida deu uma nota de solidariedade para todos aqueles que partilham deste sentimento de impotência por um lado, e por outro porque a humanidade atinge, novamente, um ponto muito baixo e estão todos a serem convocados para puxá-la mais para cima. -----

Bolsa de estacionamento na zona antiga da Vila -----

- - Referiu que o executivo está a trabalhar com alguns dos proprietários de terrenos, e está-se a identificar quais os terrenos que podem abarcar uma bolsa de estacionamento. Neste momento, a conversa ainda não está encerrada, mas ainda não tem um prazo para apresentar. -----

- - Tem consciência que esse era um dos pontos fortes no programa eleitoral, e este executivo tudo fará para que seja cumprido. -----

Obras de adaptação no Pavilhão Multiusos-----

- - Mencionou que se está na fase de tentar projetar aquilo que será a valência que se pretende para aquele espaço, sendo certo que o que se pretende é criar uma sala que possa servir para várias funções, desde logo de apoio à cultura com uma sala de espetáculos bem como outras valências que ali possam ser albergadas. -----

- - Depois do projeto elaborado será a fase de tentar encontrar apoio financeiro comunitário para a execução das obras ou através de um empréstimo bancário. -----

Falta de patrulhamento no Concelho-----

- - Referiu que a câmara tem feito um esforço, junto da GNR através da escola segura para haver um reforço de policiamento de proximidade no que diz respeito às escolas e tem tentando criar condições para que a GNR tenha essa capacidade. -----

- - Relativamente ao Parque Urbano referiu que neste momento já foi feito o investimento para ser colocado videovigilância, mas não quer dizer com isso que se consiga resolver todos os problemas que surgem no parque urbano. -----

ETAR de Arruda dos Vinhos -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

- - Referiu que esta semana houve uma reunião com a administração das Águas do Tejo e Atlântico, que é a entidade que é dona da obra e gestora da instalação. Também já foi emitido por parte da ERSAR um parecer favorável à obra, mas impondo algumas condicionantes que têm que ser esclarecidas pelas Águas do Tejo e Atlântico, e segundo o que lhe foi transmitido não são alterações muito significativas e podem ser ultrapassadas a breve trecho. -----

- - Assim, segundo o que lhe foi transmitido, pensa-se que o lançamento do concurso ocorra durante o primeiro semestre deste ano. É um concurso público internacional e há a perspetiva que durante o primeiro semestre de dois mil e vinte e três a obra possa iniciar-se, partindo do pressuposto que tudo corre bem neste novo concurso. -----

Variante à Vila de Arruda -----

- - Mencionou que o concurso já foi lançado em junho de dois mil e vinte e um. Neste momento o processo está a aguardar visto prévio do Tribunal de Contas e a declaração de utilidade pública está na iminência de ser imitada. -----

- - Assim, tudo leva a crer que, tal como foi anunciado, a obra irá ter o seu início durante o primeiro semestre de dois mil e vinte e dois. -----

Placas de toponímia -----

- - Referiu que iria pedir aos serviços para verificar a situação e tentar resolver as situações que forem necessárias resolver. -----

- - Em relação à intervenção do Senhor Gonçalo Nuno, já percebeu que o Senhor Vereador Paulo Pinto ganhou um fã incondicional, ainda bem e é justo reconhece-lo. ---

- - Referiu que o Senhor Gonçalo Nuno tinha acabado o seu mandato com a dignidade merecida, também reconhece isso, acha que houve uma boa relação de trabalho, não obstante de por vezes se terem metido outras entropias no caminho, mas crê que se conseguiu fazer sempre o caminho certo. -----

- - O propósito deste executivo é igual ao propósito que sempre existiu que é continuar a trabalhar sempre ao serviço das pessoas e é isso que vão continuar a fazer. -----

Funcionária administrativa da Junta de Freguesia de Arranhó -----

- - Agradeceu a nota sobre a funcionária da Junta de Freguesia que infelizmente atravessa um momento muito complexo em termos de saúde, tem consciência disso e o Senhor Presidente da Junta também já o alertou para essa situação e até já se encontrou uma solução para começar já no próximo dia um de março, e durará o tempo que as circunstâncias o determinarem. -----

- - O Senhor Presidente da Junta sabe que tem todo o apoio da câmara porque o Espaço do Cidadão e o balcão Único que está no espaço da Junta não são para encerrar, bem pelo contrário, é para continuarem a prestar um bom serviço à população, como tem sido até aqui. -----

Limpeza do rio da Silveira -----

- - Mencionou que esta era uma intervenção que era importante. Hoje o Senhor Vereador Paulo Pinto esteve no local e enviou-lhe algumas fotografias tendo ficado muito satisfeito, não só com a limpeza do rio, mas também por ter verificado que atualmente não tem esgoto a correr para o seu leito e corre água limpa, o que é uma

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

vitória para o ambiente e para a saúde pública. É uma vitória de todos os arrudenses e sobretudo, da população de Arranhó. -----

----- **Antes da Ordem do Dia** -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRUDA DOS VINHOS -----

Guerra na Ucrânia -----

- - O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos passou a ler a declaração política do Partido Socialista:-----

- - “No dia 24 de fevereiro de 2022 assistimos, através da comunicação social, ao início da invasão da Ucrânia por parte das forças militares da Federação Russa, num ataque que envolve todo o território ucraniano. -----

- - Num momento marcante da história do século XXI, e com a guerra a eclodir em solo europeu, a preocupação de todos os povos centra-se no desenrolar e desfecho do conflito que já ceifou vidas humanas. Vivemos hoje tempos de incerteza absoluta sobre qual o futuro que nos espera, atendendo a gravidade da guerra que hoje se instala na Europa, sabendo que a resposta será sempre a luta incessante e sem quartel pela Paz entre os povos. -----

- - Não podemos deixar de assinalar a violação gritante por parte da Federação Russa do Direito Internacional em vigor e dos tratados internacionais com este ato beligerante para com o povo ucraniano, algo que o grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos repudia de forma veemente.-----

- - Mais, neste momento difícil, o grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos não pode deixar de vincar a solidariedade para com o povo ucraniano, em especial, para com a comunidade ucraniana no nosso concelho, sabendo que todo o apoio será pouco para superar este momento. -----

- - Estaremos sempre do lado da paz e da defesa da democracia!” -----

- - Referiu que esta é a declaração política do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre a situação da guerra Russa / Ucraniana e de seguida convidou todas as bancadas, se assim o entenderem, a juntarem-se a este apelo e a esta declaração Política do Partido Socialista.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO BERNARDO NARCISO -----

- - O Senhor Deputado passou a ler a seguinte declaração política: -----

- - “Os Deputados Municipais do PSD manifestam o seu profundo pesar pelas vidas ucranianas perdidas, resultado deste conflito desnecessário e altamente injusto para o povo ucraniano. -----

- - Desde a total desintegração da antiga República Socialista da Jugoslávia que a Europa conhecia a paz no seu território, e por isso não podemos compactuar com uma guerra criada por motivos fúteis e evitáveis, aos quais acresce uma grave violação da soberania de um Estado, assim como a violação não menos grave do princípio da integridade territorial. -----

- - Mostramos a nossa solidariedade para com todo o povo da Ucrânia que sofre e que chora as suas vítimas, assim como mostramos solidariedade para com a comunidade

ucraniana a viver em Portugal, particularmente para com aqueles que vivem em Arruda dos Vinhos. Não lhes podemos falhar agora, quando certamente vivem horas negras de ansiedade e expectativa, olhando para a destruição que ocorre no seu país natal. -----

- - “A guerra é o lugar onde jovens, que não se conhecem e não se odeiam, se matam, por decisões de velhos que se conhecem e se odeiam, mas não se matam.” -----

- - Tenhamos a capacidade de ficar do lado certo da história, o lado da democracia, da justiça e da liberdade.” -----

- - Referiu que esta é a declaração política dos deputados do PSD e também convidam a que todos se juntem a ela. -----

INTERVENÇÃO DA SENHORA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO-----

Solidariedade com o povo ucraniano-----

- - Vem também manifestar solidariedade para com o povo ucraniano por todo o momento que vive e que sofre, bem como para com a comunidade ucraniana que vive em Portugal e, nomeadamente, no Concelho de Arruda dos Vinhos. -----

- - Lamenta esta situação e espera que rapidamente haja a resolução da mesma e que todos os governantes saibam gerir da melhor forma. -----

Estabelecimento Garb and Go-----

- - Referiu que no centro da Vila existe um espaço com uma máquina da *Garb and Go* que vende bebidas e que diariamente cria ambientes muito poucos seguros e pouco civilizados, principalmente durante a noite. -----

- - É um espaço que não tem vigilância, não tem policiamento e não tem acesso a pessoas com mobilidade reduzida. -----

- - Sugeriu que fosse repensado uma relocalização desse espaço, tendo dado o exemplo do parque dos bombeiros devido à proximidade do posto GNR podendo haver mais vigilância e criando, eventualmente, uma receita para essa instituição.-----

INTERVENÇÃO DA SENHORA DEPUTADA MARIA DO CARMO -----

Transporte “Tua Casa”-----

- - Uma vez que o Concelho de Arruda dos Vinhos se preocupa com mobilidade, e o executivo tendo feito aquilo que pode para dar melhores condições aos munícipes, questionou sobre o *feedback* do transporte “A Tua Casa” de pelo menos no último mês.

Agenda Cultural-----

- - Parabenizou o executivo pelos eventos da agenda cultural, que ultimamente têm trazido espetáculos com muita qualidade e tem levado as pessoas, de vários escalões etários, a esses espetáculos, alguns deles teve que haver mais que uma sessão.-----

Limpeza do rio da Silveira-----

- - Parabenizou também pela limpeza do rio da Silveira, porque passa lá há muitos anos e nunca tinha conseguido ver o relevo daquele rio. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO EDI GAMA-----

Obras do mercado Municipal-----

- - Questionou sobre o ponto de situação da obra do mercado municipal. -----

Saneamento-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

- - Tendo em conta que há cerca de um ano, houve uma sessão pública de esclarecimento em A-do-Mourão sobre a questão do saneamento, questionou sobre os desenvolvimentos foram feitos no seguimento dessa sessão e, para além disso, questionou quais são as obras de saneamento que estão previstas realizar este ano e quais os locais as datas de realização das mesmas. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JORGE DA CUNHA-----

- - “Um cumprimento especial por razões óbvias, ao Sr. Provedor do Município. E porque ainda não tinha tido a oportunidade de o fazer publicamente, desejo-lhe um bom trabalho, como aliás nos habituou noutros tempos, em prol das pessoas pois são elas que importam.-----

- - A minha intervenção pretende abordar muito sucintamente dois temas: a educação e a cultura; ou melhor, a cultura ao serviço da educação no nosso concelho. -----

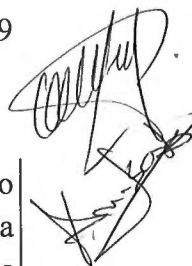
- - Todos sabemos que a cultura é o parente pobre das decisões políticas. Quando se tem de cortar no orçamento, mesmo no orçamento familiar, começa-se sempre pela cultura, muito embora todos saibamos que a cultura move milhões e é a base da nossa existência enquanto seres humanos e uma das formas de libertação. -----

- - Diz-se que o povo está divorciado da cultura. Esta, salvo melhor opinião, é uma posição tóxica: como pode um ser substancialmente cultural renegar a sua essência? Todos nós precisamos de ser envolvidos. É aqui que os setores da cultura e educação de um município têm um papel primordial: ajudar a educação formal a tornar-se mais ativa e próxima da comunidade, porque a escola deve fazer parte da comunidade, assim como a comunidade deve fazer parte da escola. -----

- - Hoje venho aqui para felicitar os setores da cultura e da educação da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos na pessoa do Sr. Vereador Carlos Alves e da chefe de Unidade Ana Correia, pelo trabalho desenvolvido nos últimos tempos, que à frente enunciarei.-----

- - A descentralização da cultura pelas freguesias não é um dos motivos desta minha intervenção, mas deve ser olhada com interesse: levar o teatro a Arranhó e, proximamente, a São Tiago dos Velhos e uma orquestra a Cardosas é uma forma de educação e de cidadania. -----

- - Mas já que falamos em teatro, no próximo dia 18, o teatro virá a esta sala com a peça *O auto da Barca do Inferno* e estarão a assistir, em duas sessões, todos os alunos do 9.º ano e CEF 2 do EJAF, após dois anos de reclusão fechados numa sala de aula ou atrás de um computador começamos a retomar a normalidade, normalidade tão útil no processo de aprendizagem; mas também podíamos falar nas exposições sobre Irene Lisboa ou as mulheres do prémio Sakharov, das palestras e visitas guiadas aos monumentos, num encontro entre os serviços culturais do município e as escolas, e da próxima exposição sobre José Saramago, no ano do centenário do seu nascimento, em que, ainda não tendo começado, já tem inscrições de turmas. Este é pois um bom sinal a que estarei muito atento. Um sinal de uma coisa que defendo há muitos anos: a valorização de um currículo local com peso significativo no currículo nacional, tornando assim as aprendizagens mais significativa. -----



- - A verdadeira democracia exige, paralelamente a uma pluralidade de valores, o desenvolvimento moral máximo dos cidadãos, e isso só se consegue através de uma educação que provoque a cooperação, a solidariedade e uma cultura humanista forte que parta do local para o mundo. Por isso, o meu desejo é que estas boas práticas se repitam e se tornem cultura para que se promova a democracia de cidadãos e não de súbditos, como defendia Paulo Freire.” -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO BERNARDO NARCISO -----

Wi-Fi na Biblioteca Municipal-----

- - Referiu que tinha sido abordado por dois jovens do concelho que estão a frequentar a universidade e que têm por hábito utilizar a Biblioteca Municipal para realizar os seus estudos e pediram-lhe para lhe fazer chegar o facto de não ser muito fácil utilizar as instalações porque a Internet, ou seja, a rede Wi-Fi não é muito estável. Não sabe se é pelo facto do “arruda free wi-fi”, em termos de utilização num computador em tempo perlongado, ser um pouco mais difícil de utilizar, tendo questionado se seria possível arranjar uma solução mais prática de forma a resolver essa questão. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRANHÓ -----

Várias intervenções na freguesia de Arranhó -----

- - Tal como disse na primeira reunião da Assembleia Municipal, será dos primeiros a vir criticar quando for essa a necessidade, mas também será dos primeiros a vir mencionar quando algo se faz bem, neste caso, não vai ser o primeiro a agradecer publicamente visto que o freguês Gonçalo Nuno já teve a oportunidade de o fazer. -----

- - Agradeceu, todo o trabalho que tem sido feito, mais precisamente na limpeza do rio da Silveira, que está limpo, dentro dos seus trinta e um anos de vida, nunca o tinha visto assim. Sendo residente em Arranhó, é estranho nunca o ter visto desta maneira. -----

- - Agradeceu também o trabalho que tem sido feito na Rua do Paço, na Quinta do Paço, porque desde que este novo executivo tomou posse, foram reportados pelos fregueses da Quinta do Paço alguns problemas com os esgotos e esse trabalho tem sido feito e acredita que esteja para breve a sua finalização.-----

- - Acima de tudo reconhece a prontidão com que o executivo está sempre pronto a ajudar a resolver os problemas das freguesias do Concelho. -----

Funcionária da Junta de Freguesia de Arranhó -----

- - Em relação ao problema da funcionária da Junta de Freguesia de Arranhó, referiu que já tinha falado com o Senhor Presidente da Câmara que se prontificou de imediato para ajudar a resolver a situação, e tal como foi dito, a partir do dia um de março irá para Arranhó uma funcionária da câmara para ajudar. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

Estabelecimento Garb and Go-----

- - Referiu que aquele estabelecimento é um negócio privado e está licenciado. O Município, dentro das suas competências, o que tenta fazer é sensibilizar os operadores e, neste caso, já houve correspondência com o proprietário do estabelecimento em causa sensibilizando-o. Tem conhecimento que já houve queixas de uma moradora em

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

concreto sobre essa situação. O Município também já falou, várias vezes, com a GNR sobre esse tema, e pensa que já foram feitos alguns autos e algumas inspeções ao local. Sabe que a GNR também já se correspondeu com a proprietária do estabelecimento. ----

- - O Município não tem competência para chegar ao pé da proprietária privada e pedir para deixar de vender ali e vender noutro lado, a única coisa que pode fazer é sensibilizar.-----

- - Já teve conhecimento de situações de maior abuso, mas tem toda a confiança que a GNR fará o que puder para melhorar essa situação. -----

Transporte “Tua Casa” -----

- - Referiu que o transporte “Tua Casa” já surgiu em contexto de pandemia. Uma vez que ainda se vive esse contexto, pensa que ainda é cedo para se tirar algumas conclusões, mas já há números que são interessantes de partilhar. Há uma média diária de oito passageiros transportados; há circuitos que têm mais procura do que outros, o circuito dois é o que tem uma procura mais expressiva e representa quase metade da utilização dos serviços. -----

- - Há alguns ajustamentos que se está a equacionar fazer e para isso está previsto realizar-se um inquérito genérico à população sobre o “Tua casa” de forma a pedir contributos que possam ir ao encontro daquilo que é o propósito de melhoria constante do serviço. -----

- - A questão do serviço ao sábado, tem que ser equacionada se valerá a pena manter o serviço aos sábados, porque o número de utilizadores do serviço é muito baixo. -----

Agenda Cultural -----

- - Agradeceu as palavras da Senhora Deputada Maria do Carmo e do Deputado Jorge da Cunha.-----

- - Antes da pandemia havia o programa estratégico “Cultura ao Morgado” que estava em vigor, depois entrou a pandemia e teve que se parar com as atividades. Agora está-se a voltar aos espetáculos havendo a novidade de serem descentralizados com o programa “Circulo fora de portas” que era algo que o executivo queria muito apostar de forma a “democratizar” o acesso aos bens culturais e aquilo que são as vivências deste fenómeno tão importante que é a cultura e que permite melhorar, enquanto seres humanos, e tem também uma função de intervenção social bastante importante e relevante. -----

- - Tal como foi falado pelo Deputado Jorge da Cunha, o casamento entre a cultura e a educação é um casamento que pode fazer todo o sentido e que merece que esse caminho seja percorrido porque se se puder, de alguma forma, dar um corpo mais efetivo aquilo que já é feito na escola com uma visão diferente de pessoas diferentes, não apenas o professor, mas contextualizando essa intervenção comunitária porque a cultura representa, parece-lhe que todos têm a ganhar com isso e por isso, o município esteve e estará muito atento a esta realidade atuando também naquilo que é a interação com as escolas, como não poderia deixar de ser. -----

Obras do mercado Municipal -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

- - Mencionou que na última reunião de Câmara, na passada segunda-feira, constava na ordem de trabalhos um ponto dedicado, mais uma vez, a este tema do mercado. A novidade que há é que foi deliberado a resolução do contrato que existia na sequência de uma interpelação admonitória que tinha existido numa reunião de Câmara de dezembro, onde tinha sido fixado o prazo de quarenta e cinco dias para a empreiteira adjudicatária poder concluir a obra. -----

- - Agora não é preciso ser um observador muito atento para verificar que a obra não está concluída e, como tal, há motivos para resolver o contrato, como foi deliberado na última reunião de câmara. Também foi deliberado, em simultaneamente, acionar a garantia bancária para se puder continuar a avançar. -----

- - Assim, neste momento não existe empreiteiro nem adjudicatário, o que se está a fazer é a envidar todos os esforços necessários, é convocar já a entidade que ficou em segundo lugar no concurso. Já se realizaram duas reuniões quer do ponto de vista da administração quer do ponto e vista técnico, e também já foram feitas visitas ao local. -

- - A ideia e a convicção que tem, à data de hoje, é que estão reunidas as condições para que a entidade que ficou em segundo lugar no concurso público, possa ter condições para avançar com a obra, mas é preciso percorrer o caminho da contratação pública. Está convencido que em abril ou maio, talvez seja possível retomar os trabalhos e tentar concluir a obra até final de outubro. -----

Saneamento -----

- - Em relação à questão sobre o saneamento, referiu que essa resposta pode ser encontrada nos documentos de gestão previsional que foram aprovados nesta Assembleia Municipal no passado mês de dezembro, isto é, o que está previsto para este ano é avançar com a rede de saneamento em baixa na localidade do Carrasqueiro, na freguesia de Arruda dos Vinhos. Também têm sido feitas outras intervenções na rede em baixa, nomeadamente junto ao antigo Centro de Convívio Sénior. Na Quinta do Paço teve que se fazer uma intervenção mais expressiva e morosa do que se estava a pensar, na Marquesa falta concluir um trabalho que ainda é preciso concluir e em S. Tiago dos Velhos também se vai concluir um trabalho que era necessário fazer, a seguir à Igreja de forma resolver um problema que já se arrasta a algum tempo. -----

- - Neste momento não tem um *timing* para a indicar sobre a obra do Carrasqueiro, até porque ainda não foi lançado o concurso, mas está previsto fazê-lo ainda durante o primeiro semestre. -----

Wi-Fi na Biblioteca Municipal-----

- - Referiu que não tinha nota de alguma queixa ou reclamação junto dos serviços, no entanto referiu que a Biblioteca de Arruda é lindíssima, não a trocava por nenhuma outra, mas levanta desafios tremendos que no que diz respeito à sua gestão, quer no que diz respeito às redes de informática e, sobretudo, a estabilidade das redes do wi-fi, ou seja, as paredes são muito espessas e há pontos sombra, o que faz com que a rede wi-fi não consiga chegar harmoniosamente. -----

- - O que se está a estudar, com o serviço de informática, é a possibilidade de existirem replicadores que possam ser mais eficazes para tentar melhorar essa circunstância. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

- - Mencionou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó sinta-se à vontade de intervir sempre na Assembleia Municipal, pois é a casa da democracia e, como tal, agradeceu as palavras que foram endereçadas. Tem convicção plena, firme e inequívoca que vão continuar a trabalhar sempre ao serviço das pessoas que é para isso mesmo que foram eleitos. -----

Ordem do Dia -----

PONTO N.º 1 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021 -----

- - Presente a referida ata, para aprovação -----
- - Foi deliberado, por maioria, com a abstenção dos deputados Sónia Camilo, António Fonseca e José Sousa, por não terem estado presentes na referida reunião, aprovar a referida ata. -----

PONTO N.º 2 - ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021 -----

- - Presente a referida ata, para aprovação. -----
- - Foi deliberado, por maioria, com a abstenção do Deputado José Sousa, por não ter estado presente na referida reunião, aprovar a referida ata. -----

PONTO N.º 3 - RELATÓRIO DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL -----

- - Presente informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e situação financeira, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que o documento foi distribuído atempadamente, mas se houver alguma questão a colocar, estará à disposição dos Senhores Deputados. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO FONSECA -----

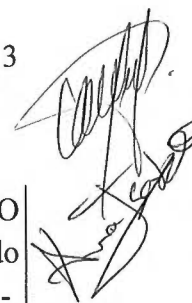
- - “Em relação ao documento da situação financeira municipal, gostaria apenas de pedir alguns esclarecimentos, pois o documento, salvo o devido respeito, não é claro em certos pontos. -----

- - Na linha do gabinete jurídico e de contencioso, há um total de quinze processos pendentes de resolução em que o município de Arruda dos Vinhos, e até a pessoa do Senhor Presidente, figuram como Réus em onze deles. -----

- - Todos sabemos como funciona a justiça em Portugal e compreendemos que os processos não estejam todos resolvidos (até porque o mais antigo data de 2015). O que interessa saber é exatamente o porquê de estes processos terem chegado a tribunal e não terem sido resolvidos numa fase anterior e, dentro do possível, amigável. Quais são os valores em causa, ou seja, qual é o “deve e haver”? Tanto quanto é possível, quando prevê que possam estar resolvidos? -----

- - Ainda nesta alínea, destacamos com alguma preocupação o ponto 11 que menciona o processo n.º 619/19.6, e que se refere a uma ação administrativa entre o município de Vila Franca de Xira e o nosso município juntamente com os municípios de Alenquer, Benavente e também da Azambuja. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022



- - O que aqui queríamos perceber é, se à partida seria um acordo, quem é que falhou? O acordo foi alterado? Se sim, qual das partes é que o alterou? Qual o motivo de ter sido levado ao extremo, de maneira a que fosse necessária uma ação judicial? -----

- - Creio que será do interesse de todos nós que este processo seja resolvido com a maior celeridade possível, pois é absolutamente vital que os municípios vizinhos mantenham boas relações de vizinhança, entreajuda e cooperação. -----

- - Por fim, gostaria de frisar, inequivocamente, que não estamos a condenar ou responsabilizar quem quer que seja. Apenas achamos importante que estas questões sejam respondidas, uma vez que o documento não é claro em todos os processos e, por isso, quem não tenha acesso à informação completa, poderá ficar com dúvidas.” -----

- - Referiu que se o Senhor Presidente não conseguir responder hoje a estas questões, até porque algumas falam de números e poderá não os ter presente, mas entrega deste documento e espero uma resposta, se não for possível hoje que seja no decorrer da semana. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente agradeceu as questões colocadas e referiu que o Senhor Deputado elencou vários processos. Disse que o processo mais antigo não é de dois mil e quinze é de dois mil e onze e é muito anterior à sua presença enquanto Presidente de Câmara. -----

- - Referiu que os processos são muito variados, são de naturezas distintas, uns têm a ver com impugnações de concursos, há um caso concreto de impugnação de um concurso de admissão de pessoal, há um caso de um inquérito por causa da fuga do touro numa largada de touros, existem outros processos que têm a ver com cobranças de quantias que são reclamadas, umas por empreiteiros outras pelo município, e no caso concreto contra a Administração Regional de Saúde devido à construção do muro de suporte do Centro de saúde. -----

- - Por fim referiu, que irá responder a todas as questões, dentro do prazo que o Código de Procedimento Administrativo determina e não no prazo fixado pelo Senhor Deputado, com o devido respeito. -----

- - Em relação ao ponto onze e ao processo 619/19.6 que tem a ver com o Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa em que o autor é o Município de Vila Franca de Xira e o réu é o Município de Arruda dos Vinhos. Este processo tem a ver com a falta de pagamento por parte do Município de Arruda, relativamente àquilo que foi a comparticipação dos restantes municípios da área de influência do Hospital de Vila Franca de Xira, no que diz respeito à empreitada dos acessos ao hospital, ou seja, os acessos do hospital foram extra empreitada daquilo que foi a construção do hospital em si e houve um compromisso das câmaras municipais e dos presidentes da altura sobre o custeio desse acesso. -----

- - Nessa altura não estava na câmara, e por isso não pode afirmar o que é que foi confirmado ou o que é que foi combinado entre os presidentes de câmara. Na altura o Presidente da Câmara de Arruda dos Vinhos era o Senhor Carlos Lourenço que, naturalmente, fez o melhor que sabia e podia para defender os interesses do município.

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

Não conhece em concreto as circunstâncias dos acordos que eventualmente possam ter sido acordados. Aquilo que sabe é que o município de Arruda na altura, e isso pode ser consultado nas atas das reuniões de câmara e também da Assembleia Municipal, o que fez foi depender o pagamento de qualquer comparticipação pelo acesso ao hospital pela questão do muro de suporte do Centro de Saúde que a ARS não pagou e teve que ser o município a pagar e suportar, ou seja, o que foi dito foi “nós só pagamos aquilo que devemos pelo acesso ao novo hospital depois da ARS LVT pagar ao município de Arruda o custeio do muro de suporte do Centro de Saúde”. Isso é o que está escrito e pode ser sindicado em qualquer leitura de ata onde o assunto foi debatido. -----

- - Há uma deliberação de Câmara datada de setembro de dois mil e treze, ou seja, no final do mandato do Presidente Carlos Lourenço que também pode ser consultada, onde foi assumido que efetivamente o município se comprometeu a pagar os acessos, mas que fez depender esse pagamento daquilo que era o recebimento dos valores dispensados com a construção de muro de suporte do Centro de Saúde. -----

- - Há de facto, uma deliberação camarária que inibe que atualmente este executivo pague essa verba, porque ainda não se recebeu quer por parte da ARS quer por parte do Tribunal, uma vez que este assunto também está em tribunal, porque o município em dois mil e onze pôs a ARS em tribunal para receber esses montantes referentes ao muro de suporte do Centro de Saúde. Como esses montantes não foram recebidos o Município de Arruda ainda não pagou qualquer valor ao Município de Vila Franca de Xira, pela comparticipação dos acessos. -----

- - Referiu que no mandato anterior, já se tinha tentado chegar a um acordo com o Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o Senhor Alberto Mesquita, de forma a se poder ultrapassar esta questão extrajudicialmente, mas não se conseguiu chegar a acordo. Já neste mandato foi contactado informalmente pelo novo Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o Senhor Fernando Paulo Ferreira, no sentido de se tentar chegar novamente a um acordo extrajudicial que permitisse honrar os compromissos. Aquilo que disse foi que se iria tentar repescar o acordo de pagamentos que tinha proposto na altura ao Presidente Alberto Mesquita em que o pagamento seria feito de forma faseada, porque também lhe parece que não é justo estar-se a fazer depender o pagamento de uma verba que foi acordada perante algo que não foi recebido, mas neste momento não tem poderes da câmara para poder fazer esse pagamento. -----

- - O objetivo é apresentar à câmara um acordo faseado de pagamentos, depois de combinar com Câmara de Vila Franca, e obter autorização da Câmara Municipal de Arruda de forma a ultrapassar e revogar a deliberação de setembro de dois mil e treze.--

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO-----

- - Sobre esta matéria e sobre este ponto que está aqui em discussão e análise, referiu que já o vai cansado um pouco, porque já ouve esta conversa há muito tempo. A pergunta é sempre feita no mesmo sentido, e a explicação que o Senhor Presidente da Câmara tem dado, se calhar, já teria merecido ter sido gravada a resposta e pôr o gravador a tocar.-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

- - Para si, só há uma dúvida que persiste e que se prende com o acordo ou o contrato entre a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no que diz respeito ao acesso ao hospital, não sabe se o acordo foi por escrito ou se foi um acordo de cavalheiros. Era esta a questão que queria saber. -----

- - Depois diria que isto é uma infantilidade, está-se a confundir “alhos com bugalhos” e as entidades, sejam elas câmaras municipais sejam outras, são pessoas de bem e tentar, naquela altura, transportar uma situação de um contrato entre a Câmara de Vila Franca para uma quezília de um muro entre a Câmara e a Administração Regional de Saúde. Será que qualquer pessoa de bom senso, algum dia pode evocar que “só pagaremos depois de nos pagarem nós”?-----

- - Entende que se está perante uma infantilidade que foi cometida naquela altura. Questiona qual será o juiz que aceitaria como explicação, como justificação ou como fundamentação que a câmara não paga os acessos ao Hospital de Vila Franca de Xira com o argumento de “nós não pagamos porque os outros também não nos pagam a nós”.-----

- - Gostaria só de obter este esclarecimento, porque quando determinadas entidades fazem acordos ou fazem contratos põem o preto no branco, ou seja, põe escrito para se saber qual é o montante. É certo que esta câmara herdou o problema e tentou resolver pela via negocial, mas não conseguiu chegar a acordo restando assim uma única via que é a judicial.-----

- - Relativamente à intervenção do Senhor Deputado do Chega referiu que ficou baralhado, porque quando começou a ouvir a intervenção começou a ficar preocupado, mas afinal de contas “a montanha pariu um rato”.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - A resposta à questão que o Senhor Deputado José Augusto colocou, e quanto julga saber, e tanto quanto o informaram, não há nenhum contrato nem há nenhum ato administrativo que vincule a câmara no que diz respeito à assunção de um compromisso em termos jurídicos, contabilísticos ou orçamentais, razão pela qual não está vertido na contabilidade do Município, nenhuma dívida vencida que seja preciso suportar financeiramente. No entanto, estas questões têm o seu peso nas relações institucionais, os compromissos têm que ser cumpridos, tem que haver essa hombridade. Tal como já referiu, existe uma deliberação de Câmara de setembro de dois mil e treze que acaba por reconhecer essa dívida, embora não exista um contrato, mas há um reconhecimento da dívida, o que se relega para o momento posterior ao respetivo pagamento, fazendo condicionar esse pagamento à verificação do evento futuro que é o recebimento do valor do muro de suporte do Centro de Saúde. -----

- - Essa deliberação é suficiente para que este executivo, neste momento, não possa pagar, mas acha que nestas coisas não só o tempo, mas também as circunstâncias levam a que em cada momento se procure as melhores soluções para resolver os problemas e este executivo tudo fará para chegar a bom porto com o senhor Presidente Fernando Paulo. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FONSECA -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

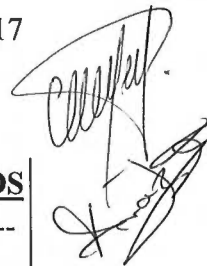
- - Agradeceu a resposta dada pelo Senhor Presidente. -----
- - Dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia disse o seguinte:-----
- - “Senhora Presidente, se me permite, na passada assembleia repreendeu o Deputado Bernardo Narciso por se ter dirigido ao público e, tanto na passada assembleia, como na de hoje, o Senhor Deputado José Augusto, vem para aqui dar palestras e fazer perguntas sem intenção de obter uma resposta. -----
- - Se me permite, já que o Senhor Deputado se dirigiu diretamente a mim, que eu possa dirigir-me diretamente ao Senhor Deputado. -----
- - Senhor Deputado, se ouviu bem a minha intervenção, eu disse claramente que não venho aqui acusar ninguém, venho pedir explicações ao Senhor Presidente sobre quais eram os valores que estavam a haver e a dever e tentar perceber porque é que estes processos foram parar a Tribunal. Não acusei ninguém de nada, e acho que não tem razão de ficar espantado com a minha intervenção, acho que não disse nada descabido.”

PONTO N.º 4 - CPCJ – RELATÓRIO PROCESSUAL DE 2021 E PLANO ANUAL DE ATIVIDADES PARA 2022-----

- - Presente os referidos documentos, para apreciação. -----
- -A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que está definido por lei que a CPCJ terá que apresentar na Assembleia Municipal o relatório processual bem como o relatório de atividades para o próximo ano. -----
- - A Senhora Presidente da CPCJ está presente para se assim, os Senhores Deputados entenderem, colocarem questões e solicitarem esclarecimentos. -----
- - Não havendo intervenções dos Senhores Deputados, a Senhora Presidente da Assembleia, deu a palavra à Senhora Presidente da CPCJ. -----

INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CPCJ-----

- - Tal como foi referido pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, está definido por lei que a CPCJ tem que estar presente na Assembleia Municipal e estar ao dispor das dúvidas ou esclarecimentos dos Senhores Deputados e por isso a documentação foi enviada atempadamente. -----
 - - Referiu que, no ano passado, houve necessidade de se fazer eleições, porque a Senhora Presidente Emília Rucha terminava o seu mandato. O ano passado, houve eleições e foi eleita Presidente tendo nomeado para secretária da CPCJ a Senhora professora Emília Rucha. -----
 - - A Comissão Proteção de Crianças e Jovens conta sempre com todas as entidades do concelho e pessoas em particular, para sinalizar situações que tenham conhecimento, mas obviamente que a CPCJ conta sempre com todos. -----
 - - O plano de atividades está definido, na esperança que seja possível por em prática, algo que não aconteceu no último ano, devido às contingências da pandemia. -----
- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**---
- - Agradeceu todo o trabalho que feito pela CPCJ na pessoa da sua Presidente da e espera que o seu mandato seja tão profícuo e tão eficiente como foram os mandatos da professora Emília Rucha em prol das nossas crianças e jovens. -----

**PONTO N.º 5 - INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E DOCUMENTOS
DE GESTÃO RELATIVOS AO 1.º SEMESTRE DE 2021**

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 21 de fevereiro-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

- - Referiu que o ponto diz respeito à informação do auditor externo e à prestação de contas do primeiro semestre de dois mil e vinte e um. -----

- - Esta prestação de contas já reflete aquilo que são os efeitos da pandemia e aquilo que é a realidade económica, financeira e orçamental do município, como não podia deixar de ser. -----

- - Na componente da demonstração de resultados, pode-se ver que a nível dos rendimentos, durante o primeiro semestre de dois mil e vinte e um e face ao primeiro semestre de dois mil e vinte, apesar de tudo, houve um aumento de rendimentos na casa dos treze vírgula oito por cento, particularmente impulsionado pelo aumento da cobrança do imposto, sobretudo no IMT, relativamente à quebra que existia no decorrer da pandemia no primeiro semestre do ano de dois mil e vinte. -----

- - Também as transferências e subsídios correntes obtidos aumentaram sete vírgula dois por cento essencialmente, pelo aumento das transferências do Orçamento de Estado para o dois mil e vinte e um. -----

- - No mesmo período, os gastos aumentaram catorze vírgula quatro por cento, verificando-se um incremento na generalidade das rubricas, tendo destacado o fornecimento de serviços externos que aumentaram cerca de dezasseis vírgula oito por cento derivado ao esforço de conservação e reparação de vias municipais, nas redes de abastecimento de água, material transporte entre outras rubricas. -----

- - Os gastos com o pessoal contribuíram também para um acréscimo de cinco vírgula seis por cento relativamente ao primeiro semestre de dois mil e vinte, decorrente das atualizações salariais e também do esforço de reposição e contratação de algum ativo humano municipal. -----

- - As transferências e subsídios concedidos induziram também um acréscimo dos gastos na ordem dos duzentos e três mil euros, essencialmente, pelo aumento do valor das transferências para as juntas de freguesia, do aumento das transferências para a Oeste CIM através do sistema de transportes e mo apoio às famílias e instituições sem fins lucrativos, no âmbito daquilo que são as medidas de combate e mitigação a pandemia de COVID-19. -----

- - A destacar também o forte impacto das depreciações do exercício com um aumento face ao primeiro semestre de dois mil e vinte no valor de cento e sete mil euros essencialmente, devido à alteração do sistema contabilístico para o SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. -----

- - Em termos do resultado líquido do exercício, considerando os rendimentos do período verifica-se que foram inferiores aos gastos, portanto, foi apurado um resultado semestral negativo de cerca de trezentos e trinta mil euros. -----

A nível do balanço, comparado com o final do exercício anterior, a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, a nível do ativo, há um incremento de um vírgula seis

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

milhões de euros, cerca de quatro vírgula sete por cento, sendo que a rubrica de disponibilidades de caixa e depósitos apresenta um acréscimo de um vírgula trinta e nove milhões de euros. -----

- - Em grande parte este acréscimo deve-se à autorização do empréstimo de longo prazo celebrado durante o ano dois mil e dezanove, que por imposição legal foi necessário cativar mais de oitocentos mil euros para suportar os valores previstos com o processo de expropriação e a declaração de utilidade pública referente à variante rodoviária externa à vila de Arruda. -----

- - Ainda relacionado com utilização de parte do empréstimo de longo prazo contratados, no final de dois mil e dezanove, a nível do passivo, assistiu-se a um aumento de cerca de trinta vírgula quatro por cento e o passivo não corrente fixou-se em três vírgula oito milhões de euros, aumentando cerca de quinhentos mil euros e o passivo corrente fixou-se na casa dos três vírgula sete milhões de euros. -----

- - A nível de execução orçamental, no que diz respeito ao capítulo da receita cobrada líquida totalizou um valor de sete vírgula quatro milhões de euros e com um grau de execução absoluto de quarenta e quatro vírgula seis por cento. Em termos relativos, se se extrapolasse a execução do primeiro semestre para os doze meses, representaria um grau de execução anual de oitenta e nove vírgula um por cento. -----

- - A nível da despesa, a despesa executada durante o primeiro semestre totalizou cinco vírgula nove milhões de euros representando um grau de execução absoluto de trinta e cinco vírgula cinco por cento e relativo de setenta e um por cento anuais. -----

- - O ativo também aumentou, significativamente, mais de um milhão de euros de saldo de disponibilidades que se deve destacar. -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar os documentos de gestão relativos ao 1.º semestre de 2021. -----

PONTO N.º 6 - 2.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO “FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL – COVID-19”-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 27 de dezembro-----
INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE-----

- - Sintetizando, referiu que esta alteração prende-se com o facto de deixar de existir a designação “COVID-19”, ou seja, passa a ser “Fundo de emergência social” que vale por si só e deixa de fazer sentido a designação COVID-19 porque é previsível que mesmo depois da questão sanitária se encontrar controlada não deixará de haver situações de emergência social que precisam de ser enquadradas. -----

- - Em termos substanciais, referiu que as principais alterações estão no artigo sétimo do regulamento em que passa a existir, no número três com um limite máximo de duas renovações anuais, para além de candidatura inicial. Ao nível dos escalões também há um acerto relativamente àquilo que é a correspondência com o indexante de apoios sociais. -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a 2.ª Alteração ao Regulamento “Fundo de Emergência Social – COVID-19” -----

PONTO N.º 7 - PROJETO DE REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara ordinária de 27 de dezembro de 2021 -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O ponto diz respeito à alteração ao regulamento de ocupação de habitações sociais no concelho e as principais alterações dizem respeito à adaptação ao novo enquadramento legal aplicável ao sistema do arrendamento apoiado. -----

- - Diria que também está presente uma sinalização política firme quanto àquilo que é o aumento do espectro de casas para habitação social em que deixa de ser só exclusivamente aquelas casas em que a propriedade é do município e passa a haver a possibilidade de serem outras casas que o município possa arrendar para depois poder apresentar sob arrendamento ou outras em que haja alguma parceria público-privada para fomentar este sistema do arrendamento mais acessível e portanto, já dentro daquilo que são as estratégias locais de habitação e aquilo que é o objetivo e o compromisso a médio longo prazo no sentido de tentar tornar este sistema mais amigável, mais próximo, mais transparente e que vá ao encontro das reais necessidades da população -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento de Ocupação das Habitações Sociais.-----

PONTO N.º 8 - PROPOSTA DE MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DE EFEITOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS – ESPLANADAS - RATIFICAR -----

- - Presente proposta apresentada em reunião de câmara de 10 de janeiro -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O ponto diz respeito às isenções que estão previstas e onde é proposto que se apliquem aos comerciantes que tenham ocupação de espaços públicos com esplanadas, com sinalética e reclusos de publicidade.-----

- - Referiu que em dois mil e vinte e em dois mil e vinte e um estas taxas não foram cobradas devido à pandemia e portanto, em dois mil e dezanove, aquilo que foi o saldo cobrado de taxas de ocupação de via pública para instalação de esplanadas, reclames e toldos resultou num total, cobrado pelo município, de cerca de quatro mil, oitocentos euros e oitenta e dois cêntimos. -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, ratificar a deliberação de câmara de 10 de janeiro, sobre a proposta de medidas de mitigação de efeitos causados pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) no Município de Arruda dos Vinhos – esplanadas-----

PONTO N.º 9 - ACEITAÇÃO E AFETAÇÃO À UTILIDADE DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE PARCELA DE TERRENO CEDIDA PARA O RESERVATÓRIO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA R03, SERVIDÕES DE PASSAGEM PARA O RESPECTIVO RESERVATÓRIO (PARTE) E O R04 (PARTE) E SERVIDÃO DE CONDUTAS, EM CASAL DO OUTEIRO, CARDOSAS - A DESANEXAR DE PRÉDIO DE NATUREZA PRIVADA (19F) -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

Presente proposta apresentada em reunião de câmara de 24 de janeiro.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O ponto diz respeito à regularização de património municipal. Houve um tempo em que o município tinha que fazer acontecer um sistema público distribuição de água às suas populações e isso foi feito, agora há um tempo em que é necessário regularizar essas situações que não estão regularizadas do ponto de vista contabilístico e da propriedade.-----

- - “Introdução -----

- - Nas décadas de 80 e 90 do século passado, houve um grande incremento na construção de reservatórios de água devido a um considerável aumento da extensão da rede pública de abastecimento às várias localidades ainda não servidas de rede, tendo sido gratuitamente cedidas pelos munícipes a maioria das parcelas de terreno para esse efeito, bem como, a constituição das necessárias servidões de passagem e/ou conduta, em alguns casos.-----

- - Essas cedências nunca foram formalmente regularizadas, apesar de terem sido colocadas na disponibilidade do município e nelas construídos os respetivos reservatórios.-----

- - Atualmente, o sistema contabilístico das autarquias locais e o regime jurídico aplicável, impõem ao município o inventário de todo o património imobiliário, incluindo o que se encontra afetado ao domínio público, pelo que se impõe a formalização daquelas cedências. Por outro lado, o município pretende alargar a área cedida e já afetada, a fim de proteger o reservatório de intrusão externa, colocando rede metálica em toda a volta, o que pressupõe a existência de uma área não edificada em redor do mesmo (superfície descoberta), com área suficiente para efeitos de futura manutenção.-----

- - A afetação à utilidade pública de abastecimento de água e integração no domínio público de gestão municipal das parcelas onde se encontram construídos os reservatórios, deu-se com a abertura da rede ao consumo público, considerando-se tacitamente afetadas, o que era usual naquela época, pois o Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, apenas entrou em vigor em 2007, passando então a ser necessária a afetação pela assembleia municipal. -----

- - Ao pretender-se criar uma zona vedada, circundante ao reservatório, destinada à proteção da qualidade da água e manutenção daquele, torna-se necessário afetar esta nova área descoberta, observando aquela lei. -----

- - Reservatório R03 e servidões do R04, em Cardosas -----

- - Em 22.12.2021, deu entrada na câmara municipal, uma declaração de cedência subscrita por Maria Anália Gomes do Vale Rucha, contribuinte n.º 107642620, portadora do Cartão de Cidadão n.º 04607385 válido até 19.08.2030, viúva, residente na Rua da Igreja, n.º 21, 2630-433 Cardosas, na qualidade de comproprietária na proporção de 1/2; António Gumerzindo do Vale Rucha, contribuinte n.º 108983579, portador do Cartão de Cidadão n.º 07339867 válido até 16.10.2027, divorciado, residente na Rua Fonte do Ouro, n.º 2, 2.º Dt.º, 2630 —192 Arruda dos Vinhos, na qualidade de

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022



comproprietário na proporção de 1/4; Emília Maria Vale Rucha, contribuinte n.º 163758034, portadora do Cartão de Cidadão n.º 09852899 válido até 25.02.2029, e marido, Mário Jorge dos Santos Paulino Horta, contribuinte n.º 202261395, portador do Cartão de Cidadão n.º 09642663 válido até 03.01.2029, casados no regime de comunhão de adquiridos e ambos residentes na Rua João de Deus, n.º 1, 1.º F, 2630-247 Arruda dos Vinhos, também na qualidade de comproprietários na proporção de ¼ do prédio misto denominado Quinta do Casal Velho, situado em Cardosas, Freguesia de Cardosas, Município de Arruda dos Vinhos, com a área total de 254 404 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Arruda dos Vinhos sob o n.º 312/19640616, inscrito na matriz rústica sob os artigos 19 secção F e 802 urbana, da freguesia de Cardosas, com a seguinte composição e confrontações: Pastagem, oliveiras, vinha, árvores de fruto, sobreiros, cultura arvense e mato e casa de rés-do-chão para habitação, com superfície coberta de 240 m² e logradouro de 1840 m²- norte: caminho, sul, nascente e poente: caminho, Raimundo da Silva e Cristiano Real, acompanhada de levantamento topográfico, em anexo, dela fazendo parte integrante. -----

- - Os subscritores, na qualidade de atuais proprietários do prédio cedente, declararam, para efeitos de regularização dos depósitos de água integrados no domínio público municipal: -----

- - 1-Ceder ao Município de Arruda dos Vinhos, gratuitamente e livre de ónus ou encargos, uma parcela de terreno (parcela 1) com a área de 314,85 m², onde se encontra construído o depósito de água (R03-“Bico do Chão”), da rede de abastecimento público de água, a desanexar da parte rústica do prédio anteriormente identificado, conforme levantamento em anexo.-----

- - A parcela a desanexar fica com a seguinte composição e confrontações:-----

- - Depósito de água da rede pública denominado (R03-“Bico do Chão”) com 314,85 m² de área total, sendo de 103,00m² a área de implantação do depósito e de 211,85m², a área descoberta, com as seguintes confrontações: norte, sul e nascente: Quinta do Casal Velho, poente: antigo cemitério de Cardosas.-----

- - 2-É do seu conhecimento, que o Município de Arruda dos Vinhos, por volta dos anos 80 do século passado, tendo necessidade de constituir servidões administrativas de passagem para dar acesso aos depósitos R03 e R04 (parte) e servidões de condutas públicas subterrâneas, sobre o referido prédio, foi pelos anteriores proprietários autorizado a constituí-las, conforme planta anexa, autorização que reforçam, consentindo na sua regularização formal, nomeadamente, através de celebração de escritura e registo dos respetivos encargos na Conservatória do Registo Predial, na condição de que todas as despesas burocráticas sejam assumidas pelo município: -----

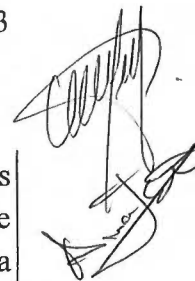
- - 2.1-Servidão de passagem de carro para acesso ao Reservatório de água denominado “R03” (parcela 3), com área total de 24,60m², localizada a poente, no sentido poente/nascente, com a largura de 3,50m e extensão de 7,00m; -----

- - 2.2-Servidão de passagem de carro para acesso ao Reservatório de água denominado “R04” (parcela 2), com área total de 188,58m², localizada a poente, no sentido sul/poente, com a largura de 7,00m e extensão de 26,94m; -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

- - 2.3-Servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, com caráter permanente, a qual incide sobre a área de 898,45m², localizada no sentido poente/norte, com 5,00 m de largura centrada com o eixo da tubagem e 180,00m de comprimento (parcela “C1”), para passagem de conduta de água da rede pública de Cardosas; -----
- - 2.4- Servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, com caráter permanente, a qual incide sobre a área de 260,80m², localizada no sentido sul/poente, com 5,00m de largura centrada com o eixo da tubagem e 52,00m de comprimento (parcela “C2”), para passagem de conduta de água da rede pública de Cardosas. -----
- - 3. São encargos das servidões de aqueduto 2.3 e 2.4, propostos pelo município e que aceitam e se comprometem a respeitar:-----
- - a) A ocupação permanente do subsolo na zona da instalação das condutas;-----
- - b) A proibição de realizar escavações ou plantar árvores de qualquer espécie perene, de porte médio ou grande, cuja raiz atinja profundidades superiores a 0,50m na faixa de servidão com 5 metros de largura, com 2,5m para cada lado do eixo longitudinal da conduta; -----
- - c) A proibição de edificar qualquer construção duradoura ou precária, na faixa de servidão permanente;-----
- - d) A implantação à superfície das caixas de visita ou manobra necessárias ao funcionamento das infraestruturas;-----
- - e) A proibição de perfuração do solo a uma distância inferior a 2,5m do eixo da conduta, com vista à aquífera ou outra finalidade. -----
- - Mais declaram, que do Município de Arruda dos Vinhos, nada têm a receber a título de indemnização pelas servidões, por terem sido constituídas a título gratuito e ser de sua vontade que assim se mantenha. -----
- - Esta cedência é efetuada na condição de todas as despesas administrativas e burocráticas relativas à sua formalização serem assumidas pelo município, nomeadamente, emolumentos da escritura, despesas administrativas e burocráticas relativas à atualização das áreas dos prédios cedentes no cadastro rústico e no registo predial.-----
- - **Deliberação**-----
- - Foi deliberado por unanimidade, com referência à parcela supra identificada, reconhecer a afetação tácita à utilidade pública “abastecimento de água-rede pública”, da área de 103,00m² ocupada pelo depósito “R03” há cerca de 30 anos e delibere afetar à mesma utilidade pública, sujeitando-a ao estatuto da Dominialidade Pública Municipal, a área descoberta de 211,85m²;-----
- - E ainda, considerando a necessidade das servidões supra identificadas e estando os declarantes dispostos à sua constituição, celebrar escritura de constituição das mesmas, atribuindo-lhes um valor de € 85 (oitenta e cinco euros) para as servidões de passagem e € 464 (quatrocentos e sessenta e quatro euros) para as servidões de conduta, apenas para efeitos de inventário e promover o registo do respetivo ónus, nas condições também aí descritas, previamente propostas aos declarantes; -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022



- - Por fim, considerando a gratuidade destes atos, foi ainda deliberado assumir todos as despesas a que houver lugar com procedimentos burocráticos, nomeadamente escritura ou contrato a celebrar, atualização cadastral e registral, motivadas pela sua formalização e atualização da situação do prédio. -----

- - Nos termos do n.º 6 do art.º 55.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do art.º 31.º e com o art.º 69.º do C.P.A., a Senhora Deputada Emília Rucha alegou impedimento para estar presente e discutir este ponto, por ser interessada no processo, tendo-se ausentado da sala durante a discussão e votação deste ponto. -----

PONTO N.º 10 - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE – MOBILIDADE-----

- - Presente proposta apresentada em reunião de câmara de 07 de fevereiro -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que este seja o ponto mais suscetível ao debate de ideias. -----

- - Se bem se recordaram, no final da Assembleia Municipal de Dezembro, tinha chamado a atenção dos Senhores Deputados para a inevitabilidade de em breve, se ter que deliberar algo importante para a mobilidade no Oeste. -----

- - Na altura também tinha informado que iria haver uma conferência no Auditório Municipal que se realizou no passado dia vinte e um de janeiro com a presença do professor Paulo Otero, do engenheiro Nuno Ribeiro da VTM, do Secretário executivo da CimOeste e do próprio Presidente da CimOeste, o Doutor Pedro Folgado. -----

- - Mencionou que com esta proposta de recomendação, também foi disponibilizado uma cópia do parecer do professor Paulo Otero e o relatório elaborado pela consultora VTM contratada pela CimOeste. -----

- - Este ponto é referente ao regime jurídico do serviço público de transporte e à realidade sobre o futuro do sistema público transportes na região. -----

- - Começaria por dizer, que “aquilo que nos une é mais que o que nos separa”, neste momento, é a constatação inofismável que efetivamente, nem tudo está bem no sistema dos transportes públicos que serve a população e a região. Parece-lhe evidente que daquilo que leu dos manifestos eleitorais, todas as forças políticas que se candidataram às últimas eleições autárquicas achavam necessário e urgente promover uma melhor qualidade do transporte público de forma a servir melhor as populações. -----

- - A competência dos transportes públicos está delegada na CimOeste, enquanto autoridade de transportes intermunicipal e a constituição de empresas intermunicipais é algo que o próprio parecer do professor Paulo Otero foi muito claro sobre essa matéria, ou seja, é uma competência exclusiva dos órgãos intermunicipais. -----

- - Hoje está-se a votar esta recomendação para seguir um determinado caminho, poderia ser outro, mas este está suportado do ponto de vista académico e do ponto de vista técnico. -----

- - Cada vez mais, estas matérias da mobilidade são centrais naquilo que diz respeito à afirmação da competitividade do território e daquilo que é a promoção da qualidade de

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

vida das populações e não menos importante, aquilo que é o combate efetivo as alterações climáticas. -----

- - Recordou que tem sido feito um esforço conjunto para melhorar o transporte público que serve a população arrudense. Em dois mil e treze havia oito autocarros rápidos para Lisboa, em março de dois mil e vinte, antes da pandemia colidir, chegou a haver vinte autocarros e o valor do passe reduziu de cento e quarenta euros para setenta euros, ou seja, para metade. -----

- - Se se quer continuar o caminho de valorização do transporte público, é preciso tomar opções em função daquilo que são os interesses públicos em jogo. As licenças dos operadores que atualmente atuam no mercado estão a chegar ao fim, e por isso é necessário tomar algumas decisões, que passam por lançar um novo concurso, igual aquele que já existe, ou então a CimOeste passar a ter um papel mais ativo enquanto autoridade de transportes e eventualmente, enquanto operador interno de transportes. ---

- - Se a CimOeste lançar um novo concurso corre-se o risco de ficar deserto, porque ainda recentemente, a Comunidade Intermunicipal de Coimbra lançou um concurso que não ficou deserto, houve interessados, mas com valores muito acima do valor base do concurso, em mais dez milhões de euros. -----

- - O cenário que a VTM estudou (página trinta e seis do estudo que é apresentado) é referido que se se tivesse que lançar um concurso nos mesmos moldes que os operadores, neste momento estão a prestar, quer em termos de frota, quer em termos de número de funcionários, quer em termos de número de carreiras, isso teria um custo de três vírgula cinco milhões de euros ao ano, o que extrapolado para os dez anos, determinaria que todos os municípios da CimOeste teriam que suportar um custo de trinta e cinco milhões de euros ao longo desses dez anos por conta das obrigações de serviço público. -----

- - A VTM aponta como cenário mais benéfico para os municípios, o cenário da CimOeste constituir-se como um operador interno de transportes, adquirindo cinquenta e um por cento do capital desse operador. No fundo, a estimativa da VTM é que os municípios pagariam, com esse cenário, vinte vírgula oito milhões de euros em obrigações de serviço público em dez anos e não os trinta e cinco milhões do cenário anterior e seis milhões de desembolso para a entrada no capital social dos cinquenta e um por cento da empresa. -----

- - Isto significa que provavelmente, conseguir-se-ia chegar ao final dos dez anos com cerca de catorze milhões de euros de “poupança”, até porque havia setecentos e cinquenta mil euros de lucro anual da empresa. Este montante fazia com que os municípios ficassem donos ou proprietários de um ativo de cinquenta e um por cento de uma empresa que ao ser considerado no dia de hoje, teria uma avaliação, como é óbvio, e que poderia ser alienado no futuro, ao passo que no cenário do concurso público tradicional os municípios não ficam com nenhum ativo, e os municípios deixam de ficar capturados por um operador privado, ou seja neste momento, a relação dos munícipes com operador privado é basicamente uma relação de cliente / fornecedor e tudo aquilo que se pede a mais é cobrado a mais. Por isso, para haver uma participação dos

municípios, eles tem que ser não só maioritários como têm que ter uma posição dominante na empresa, por isso parece-lhe que é inegável que a posição dos municípios, nessa empresa, seria de forma a poder influenciar políticas públicas porque um dos objetivos da região, no âmbito da mobilidade, é haver a capacidade de promover um sistema público de transportes que seja universal, tendencialmente gratuito e ambientalmente mais responsável, podendo assim canalizar recursos para essa via. -----

- - Com esta estratégia poder-se-á introduzir no sistema outro tipo de serviços que neste momento não existem, como por exemplo o transporte flexível ou outro tipo de sistemas mais atraentes do ponto de vista daquilo que é a racionalidade, porque quem está no terreno, consegue conhecer melhor as necessidades que tem que ser supridas. -----

- - Em relação aos seis milhões de euros de entrada de capital o que está previsto é que a Barraqueiro aliene essa operação à Rodoviária do Oeste e a participação dos municípios seria nessa empresa, ou seja, na Rodoviária do Oeste adquirindo cinquenta e um por cento do capital social. Inicialmente seria pago um milhão de euros de entrada e, depois seria negociado um diferimento dos restantes cinco milhões de euros nos cinco anos seguintes. O que está previsto, em relação ao milhão de euros é que esse valor não será feito à conta daquilo que é o orçamento dos municípios, mas seria através do orçamento da CimOeste, ou seja, seria a CimOeste a desembolsar essa verba inicial, o que permitiria que os cinco milhões de capital subsequente de entrada pudessem ser também diluídos com aquilo que é o produto do rendimento da atividade empresarial gerada. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO EDI GAMA -----

- - Referiu que, tal como o Senhor Presidente disse, todas as forças políticas que concorreram às últimas eleições autárquicas, tinham bem presente a necessidade de melhorar os transportes ou melhorar aquilo que ainda faltava fazer ou aquilo que ainda pode ser melhorado. -----

- - Compreende que esta recomendação ainda está muito no princípio, ou seja, ainda há um longo caminho até que seja efetivo por parte da CimOeste. -----

- - É lógico que quando os privados não conseguem cumprir de forma eficiente ou da melhor forma possível, o setor público, neste caso a Comunidade Intermunicipal do Oeste e por consequência, as câmaras municipais têm que “chegar-se à frente e assumir trabalho nesse sentido”. -----

- - Está a falar da região Oeste, mas existem concelhos limítrofes como é o caso de Arruda que tem a maior parte dos movimentos pendulares com a AML - Área Metropolitana de Lisboa e não com a região Oeste, por isso entende que essa questão deveria de estar assegurada. -----

- - É certo que a situação atual é melhor que aquela que havia, mas ainda pode ser melhorada, mas se esta operação correr mal também pode ficar muito pior, nem se quer há garantias de que fique da mesma forma como está hoje, como é que vão ser asseguradas as rotas para Lisboa? Qual é o custo total da compra da empresa por parte do município de Arruda? Como é que as rotas para Lisboa vão ser negociadas com esta nova futura empresa e com os outros municípios? Onde vai a Câmara Municipal buscar

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

a verba para pagar esta operação? O orçamento não cresce exponencialmente e vai ter que se cortar em alguma coisa para se poder assumir esses compromissos. -----

INTERVENÇÃO DA SENHORA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO-----

- - Dada importância que esta matéria tem no orçamento municipal e no futuro, agradeceu a amabilidade que o Senhor Presidente teve de convocar os partidos para poderem apontar dúvidas e esclarecimentos. -----

- - No entanto considera que apesar de ter havido um bom estudo por parte da VTM, houve uma parte da questão do cenário número um, que devido à sua complexidade é necessário referir que cada município é um caso, o que fez com que não fosse analisado com pormenor.-----

- - Face à resolução e à proposta que está a ser colocada, diria que seria muito interessante ponderar um cenário misto, ou seja, mantendo o sistema que existe hoje em termos da prestação de serviços, mantendo as rotas mais importantes e evidentes, mas poderia ser complementado com uma parte em que o município seria responsável com meios próprios. Isto porque há muita tendência para se dizer que uma das rotas mais importantes seria o circuito de Arruda / ou o seu retorno, mas porque não pensar numa solução que seria Arruda / Vila Franca ou Alhandra ou Alverca para dar acesso aos terminais ferroviários e com isso, até poderia haver um alargamento de horário. Com esta proposta continua-se a ter soluções frágeis e que não dão resposta à questão do prolongamento dos horários pós laboral. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ SOUSA -----

- - O senhor Deputado passou a ler o seguinte documento:-----

- - “A CDU de Arruda dos Vinhos, congratula-se neste ponto da ordem de trabalhos, assim se prova como sempre afirmamos que é possível reverter o caminho anteriormente seguido, que levou à desvalorização do Transporte Público e à sua progressiva degradação e encarecimento, consequências de uma política de concentração quase generalizada, ao monopólio dos privados no sector dos transportes públicos rodoviários. -----

- - Ao assumir-se finalmente uma estratégia com base no operador interno e aqui nos municípios do Oeste e nomeadamente no Concelho de Arruda dos Vinhos, será verdadeiramente uma vitória para as populações. -----

- - Não nos esquecemos também de parte deste caminho, onde a Moção que a CDU apresentou em trinta de novembro de dois mil e dezoito “pela redução do preço dos passes dos transportes públicos em Arruda dos Vinhos” “por ter sido aprovada por larga maioria com unicamente uma abstenção. -----

- - Importa também lembrarmos que aqueles que apelidaram de utópicas, irrealistas e irresponsáveis as propostas do PCP e do Partido Ecologista os Verdes, que elas hoje estão em vigor e que se tornaram uma realidade para as populações e por isso nunca deveremos esquecer, que vale a pena lutar para que o país avance. Não fosse a nossa persistência ao longo de mais de vinte anos, ainda hoje não existiria o Passe social intermodal e a redução verificada no âmbito do PART- programa de apoio à redução



tarifária dos transportes e que está ainda longe dos preços praticados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. -----

- - Esta opção na Gestão dos transportes, deve adequar-se, às verdadeiras necessidades de mobilidade, com maior e melhor eficácia do serviço público, com sustentabilidade ambiental e rejuvenescimento da frota, com mais e melhores horários e que sirvam verdadeiramente as populações. -----

- - A aposta no transporte público pelo melhoramento da sua qualidade e abrangência, valorizando a intermodalidade e reduzindo consideravelmente o seu preço devem apontar tendencialmente para a sua gratuidade. Estes são fatores importantíssimos no presente e no futuro para que o operador interno tenha sucesso no serviço Público de transportes, como um imperativo social ambiental e económico. -----

- - Num futuro próximo terão de ser encontradas formas que permitam esta redução tarifária até à sua gratuidade, não apenas em Arruda dos Vinhos, mas em todo o país. Uma das possibilidades é que a receita da contribuição do serviço rodoviário, se remeta parte desse imposto sobre os produtos petrolíferos e que financie a Rede Rodoviária, para liquidar aquilo que é o serviço de redução tarifária na utilização dos transportes públicos. -----

- - Assim, após uma análise cuidada ao estudo apresentado pela empresa de consultadoria VTM, terão de ser apontados a esta operação elevados riscos, tanto económicos como operacionais, destacamos desde logo a aquisição dos 51% do capital social, valor este que representa um enorme esforço financeiro para cada um dos municípios integrantes, não existindo ainda nomeadamente em Arruda dos Vinhos, dotação orçamental para fazer face a esta despesa. -----

- - Tão ou mais importante, do que foi atrás referido e perante a evidência da opção que poderá ser tomada, a nossa maior preocupação recai sobre os trabalhadores. A aparente e possível dissolução das empresas Mafrense e Boa viagem, poderá ter consequências gravosas no que diz respeito aos seus recursos humanos. -----

- - Assim, é imperioso que se garanta na celebração deste contrato, a manutenção de todos os postos de trabalho. Os trabalhadores não podem ser o alvo das opções gestionárias dos atuais e futuros acionistas do operador de transporte.” -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO-----

- - Pensa que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara foi bastante esclarecedora, foi explicativa e algumas das questões que foram levantadas, são pertinentes. -----

- - No entanto, não sendo um especialista em matéria de transportes, a sua abordagem vai ser feita colocando-se no lugar do cidadão comum. -----

- - Já foi dito por todos que há o objetivo comum de servir melhor a população, mas para si isso é um chavão, é uma retórica, porque na sua perspetiva, servir melhor a população é ter mais rotas, mais frotas, melhor frota e acima de tudo, ter em consideração os custos para o utente. Na perspetiva do cidadão, são estes três itens que são importantes. -----

- - Para si é de extrema importância que tenha havido o cuidado e a cautela, que este executivo teve, de participar conjuntamente com a CimOeste nos estudos e pareceres de

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

pessoas altamente qualificadas nesta matéria, porque assim as decisões foram tomadas com os pés assentes na terra e procurando quem sabe. -----

- - Foi feita uma pergunta que acha que é importante, “E se isto corre mal?” mas pergunta também tem que ser feita é “e se for só o privado e correr mal?” Para si a pergunta tem que ser feita nos dois sentidos. -----

- - Assim solicitou ao Senhor Deputado Edi para esclarecer qual a solução se correr mal com o privado. -----

- - Também concorda com o facto que foi falado pela Senhora Deputada Raquel Carvalho, sobre a proximidade de Arruda a Alverca podendo-se assim aproveitar o transporte ferroviário, mas na economia há uma coisa que se chamada escala e os arrudenses não podem pensar só no fluxo de Arruda / Lisboa, Lisboa / Arruda, certamente que num futuro próximo poderá também acontecer, que haja a necessidade dos arrudenses se deslocarem para outras localidades, dentro da região Oeste. -----

- - Assim, para si, este problema tem que ser visto numa perspetiva global e integradora de todos os municípios da região com acento na CimOeste e criar economia de escala. --

- - Há quem defenda que os transportes e a mobilidade terá que ser um serviço publico e há quem defenda que tem que ser privado, qualquer das soluções são legítimas, mas o objetivo de ser um serviço público é o bem-estar das populações, e o objetivo do privado é ter lucro, se não obtiver esse lucro ou fecham portas ou aumenta os preços. ---

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO BERNADO NARCISO -----

- - Referiu que não iria repetir o que já foi dito, mas este tema é de facto bastante importantes e foi defendido por todos os partidos. Pegando no que foi dito pelo Senhor Deputado José Augusto, “servir as populações” não vê como é que pode ser um chavão ou retórica porque se todos o utilizam acha que é essa a pretensão, ou seja, servir melhor as populações. -----

- - É evidente que tem que se estar ao do lado das pessoas porque, como já foi dito, esta questão ainda está nos princípios dos princípios e está de tal maneira em discussão que se sabe muito pouco, ou quase nada, do que se está a debater. -----

- - Assim, gostaria de deixar as seguintes questões: -----

- - Colocando-se da lógica das pessoas e dos custos, tem que se perceber, em primeira linha, se com esta medida o município vai efetivamente poupar a longo prazo, e gastar menos do que está a gastar agora? -----

- - O Senhor Presidente falou da questão da Barraqueiro e bem, mas é de lembrar que há uma série de operadores no Oeste e, de facto, a Câmara Municipal de Torres Vedras já falou da Barraqueiro, mas como não é uma questão fechada, há outros operadores, como por exemplo a Rodoviária do Oeste. É saber se é uma empresa com passivo, ou sem passivo? As outras empresas têm ou não tem passivo? Quem é que vai suportar esse passivo? Como é que se vai salvaguardar os cidadãos arrudenses desse passivo? ---

- - Tal como foi dito pelo Senhor Deputado José Augusto, não se pode ver só a mobilidade para Lisboa, além de ser algo importante, até diria que é mais importante, porque muitos arrudenses trabalham e estudam em Lisboa, mas como é que vai ficar também dentro do próprio município essas deslocações, ou seja, como é que vai ser

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

articulada a questão dos transportes? Vai haver uma complementaridade com o transporte “Tua Casa”? Está-se a duplicar serviços? Acha que são questões que têm que ser bem defendidas. -----

- - Concorda que cada um tenha a sua opinião em relação aos transportes serem públicos ou privados, mas não concorda quando se diz que o público só visa assegurar o interesse dos cidadãos e o privado só busca inteiramente o lucro, porque isso não pode ser verdade, ou seja não se quer que aconteça em Arruda nem na CimOeste aquilo que acontece com a TAP, porque não se pode estar a criar uma coisa que pode gerar um passivo enorme e que se vai ter que pagar a uma coisa que à partida, nem está explicada ao certo como vai ser. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO RUI MOREIRA -----

- - “Por acaso, eu vou citar uma pessoa bem conhecida que infelizmente, é o treinador do Sporting de Portugal, que quando lhe perguntaram porque é que tinha ido para lá, se não era um risco ter custado tanto dinheiro, e ele respondeu “e se corre bem?” Por acaso, quando ele disse isso foi antes de ganhar o campeonato, e correu bem. -----

- - Faz lembrar também o nosso selecionador Nacional, Fernando Santos, quando disse “eu só chego a casa no dia onze de julho e vou ser recebido em festa.” -----

- - O que o que eu queria dizer era: E se corre bem? Porque, neste momento, há uma coisa que todos nós concordamos, não está a correr bem e é preciso fazer alguma coisa.

- - Foi referido que estamos ainda no início do processo, mas depois, apesar de dizerem que se está no início do processo, mas já estão a analisar e a pensar em coisas altamente específicas que devem ser analisadas no final. Este processo está baseado num estudo jurídico e num estudo técnico, e se há coisa que é necessária na boa decisão pública são as boas bases jurídicas e as boas bases técnicas. Eu vou partir do princípio que quer o estudo jurídico quer o estudo técnico são válidos e estão bem construídos. -----

- - Mesmo o serviço não estando bem dá lucro, porque existe um operador privado, que recebe uma participação pelo serviço de transporte público, mas recebe também pelos serviços de bilhética que é adquirido no momento e pelo serviço de transporte ocasional que é um serviço que é altamente rentável, ou seja, neste momento existe um serviço que não é o adequado, mas é um serviço que dá rentabilidade ao operador privado e neste momento, existe aqui uma possibilidade, estudada e fundamentada, que permite que a CimOeste adquira cinquenta e um por cento do capital dessa nova empresa. É preciso tomar decisões políticas, porque existe aqui um problema político que deve ser resolvido de forma política, porque os cidadãos não conseguem perceber porque é que os transportes não funcionam e responsabilizam os atores políticos das câmaras municipais da zona do Oeste, e por isso deve ser a CimOeste a resolver este problema e assumir a maioria do capital da empresa, ficando com poder de decisão sobre o destino dos serviços e poderá também afinar esses serviços, conforme as necessidades. -----

- - A Barraqueiro não vai ficar excluída da nova empresa, a Barraqueiro será um parceiro que tem *know how*, tem conhecimento do setor e com certeza, não vai querer perder dinheiro e terá todo o interesse em dar um contributo positivo para esta parceria

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

para que o serviço seja rentável e para que respeite as prioridades políticas da CimOeste. -----

- - Para terminar quero deixar só esta pergunta: E se corre bem?" -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO EDI GAMA-----

- - Referiu que se corre mal com o privado, abre-se o expediente que tem havido neste últimos anos, ou seja, abre-se concurso público, está-se a falar de empresas já com muitos anos a operar no setor e até agora nunca ninguém ficou apeado por causa disso. -

- - O que tinha dito na sua intervenção inicial foi que os transportes que existem, podiam funcionar melhor, podiam ser melhores, mas estão paulatinamente a ser melhorados, “não consigo fazer melhor elogio que este”, mas pode-se pôr tudo isso em causa porque, salvo erro, não há nenhum operador na região Oeste que opere em mais de três concelhos em simultâneo, e quer-se criar uma empresa praticamente de novo, é certo que tem o *know how* da empresa que vai ficar com os quarenta e nove por cento, para servir os doze municípios do Oeste e ainda a assegurar o transporte dos concelhos que têm limite com Lisboa, ou seja, para fora da área da CimOeste, mas se as coisas correm muito mal ficam doze municípios sem se puderem agarrar a nada. -----

- - Esta é a grande dúvida que está aqui, que é pôr em risco tudo aquilo que foi melhorado nos últimos anos a troco de nada e por uma questão ideológica. -----

- - Defende que as concessões podem ser melhoradas e devem ser melhoradas, mas os privados não podem ser sempre tratados como se tivessem um lápis com dois bicos para apontarem duas vezes, não se pode estar a olhar para os privados sempre dessa forma, a relação com os privados não pode ser sempre aquela que está a ser posta em causa, e dizer que eles só se interessam pelo lucro e o público é que tem interesse no serviço público, mas esse serviço público também se paga. -----

- - Insiste, e se corre mal? E se isto não tiver os resultados que se espera, as câmaras ficam oneradas a prestar um serviço pior às pessoas. Pode correr bem, mas também pode correr muito mal. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO-----

- - Referiu que iria lançar uma pergunta para reflexão.-----

- - Os passes sociais e os preços que se praticam hoje na Área Metropolitana de Lisboa seriam possíveis com os privados a operar em exclusivo? -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Todos tem consciência que é preciso melhorar e é por aí que se tem que começar. “Será que existe algum decisor político, que hoje esteja sentado nesta Assembleia Municipal que estará satisfeito com o serviço que está a ser prestado aos cidadãos e munícipes? Eu acho que não.”-----

- - Defender o modelo de sempre e achar que se vai ter resultados diferentes é um bocado niife. -----

- - Naturalmente que há um imenso caminho a percorrer, e o professor Paulo Otero assumiu isso na conferência e assumiu isso por escrito. A CimOeste está a ser pioneira em Portugal de percorrer este caminho e ficou muito feliz por ter visto na comunicação social de hoje, que a CIM da Lezíria do Tejo já equaciona avançar com um sistema

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022



deste tipo, o que significa que, se calhar, isto não é assim tão descabido e se calhar, tem muito mais lógica do que ideológico, essa é a verdadeira questão que aqui está subjacente. -----

- - Referiu que a pendularidade para Lisboa está dentro da operação, é uma das coisas que faz parte das obrigações do serviço público de transporte e portanto, nada disso está posto em causa, antes pelo contrário, essa é uma das grandes obrigações que se vai ter que assumir. -----

- - Em relação aos custos, mencionou que o município em dois mil e dezanove pagava, do seu orçamento municipal para o sistema de transportes, transporte escolar e obrigações de serviço público cerca de cento e quarenta mil euros, mas em dois mil e vinte e um esse valor é muito mais elevado, é mais de duzentos e quarenta mil euros, quer pelas obrigações de serviço público de transporte, quer pelo transporte escolar, ou seja, está-se a pagar mais sem ter nenhum voto na matéria e sem poder determinar políticas públicas que devem ser seguidas ao serviço das pessoas do território concelhio. Isto são números e cada um poderá fazer a leitura que quiser, mas são os números e a realidade à data de hoje. -----

- - Quanto à questão do valor da entrada, na sua primeira intervenção já tinha referido que um milhão de euros será suportado pelo orçamento da CimOeste, sem nenhuma quota extraordinária e sem nenhum esforço adicional no orçamento municipal de cada um dos municípios, os restantes cinco milhões são deferidos nos cinco anos seguintes e portanto, à razão de um milhão por ano, a expectativa é que uma parte desse dinheiro possa ser suportado pelos lucros da operação, se a VTM tiver razão quando determina que a operação terá lucro, mas mesmo assim, no pior cenário, se se tiver que dividir um milhão pelos doze municípios, chegar-se-á à conclusão que se está a falar de cerca de oitenta e cinco mil euros por ano, mas isso é no pior cenário. O município de Arruda não vai pagar o mesmo que o município de Torres Vedras, porque quer em termos de FEF, quer em termos daquilo que é a utilização do sistema público de transportes não tem nem de perto nem de longe a utilização que Torres Vedras tem, e por isso, não está a contar que o município de Arruda pague oitenta e cinco mil euros por ano. -----

- - Mas mesmo assim, com o pior cenário, há uma poupança, porque à data de hoje está-se a pagar quase cem mil euros a mais do que se pagava em dois mil e dezanove para financiar o operador atual. Nesta medida parece-lhe que tem toda a lógica, perceber-se que mesmo no pior cenário vai-se pagar menos do que se estivesse a assumir um novo concurso por mais dez anos. -----

- - Este novo concurso, em que a VTM estima que iria ter um custo para os municípios de trinta e cinco milhões de euros em dez anos, os dados recentes do mercado apontam que isto não seria bem assim, porque todos os concursos que têm sido abertos recentemente, o valor ficou muito acima do valor que foi lançado, ou seja, o concurso não fica deserto, mas apresentaram propostas dez milhões acima do valor base, e por isso, está convencido que à data de hoje, se se fosse lançar um concurso esses trinta e cinco milhões de euros já estão claramente subavaliados. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

- - Qual será o peso do município na influência das decisões estratégicas da empresa, nomeadamente na pendularidade para Lisboa? Hoje em dia, o único peso que os municípios têm é “queres mais, pagas mais”.-----

- - No futuro existem, pelo menos, mais três municípios que têm o mesmo racional que Arruda, que é Torres Vedras, Sobral Monte Agraço e Alenquer, todos eles têm relações de pendularidade tão significativas, ou mais, do que Arruda para Lisboa, e por isso naturalmente essa é uma pedra de toque na negociação, essa vai ser uma pedra de toque naquilo que vai ser a obrigação de serviço público que a entidade vai ter que prestar e vai ter que melhorar a relação para com Lisboa e Arruda não vai estar sozinha nessa reivindicação, vai ter o maior município que é Torres Vedras e o segundo maior que é Alenquer e tem também o município do Sobral, que apesar de ser o mais pequeno, merece igualmente a mesma deferência. Assim, parece-lhe que neste cenário de operação interna, Arruda vai estar com mais peso e capacidade de influenciar decisões administrativas e gestionária da empresa do que se não se tiver dentro da empresa, isso é inegável e qualquer pessoa percebe que estando lá dentro é mais fácil de influenciar do que estando de fora como meramente um cliente que “se queres mais pagas mais”.-----

- - É preciso dar uma oportunidade para que o sistema possa e o Senhor Deputado Rui Moreira falou num ponto essencial porque vai-se ter cinquenta e um por cento de uma empresa, mas não é só na parte do “osso” é também na parte do “filé mignon”, ou seja, o que entra para a operação não é só as obrigações de serviço público de transporte, nem é só as carreiras públicas é também o serviço privado, o serviço ocasional, seja para excursões, seja visitas de estudo, ou o que quer que seja, cinquenta e um por cento desse ativo é dos municípios, seja da bilhética seja da receita, isso é inegável e tem que ser equacionado. -----

- - Em relação aos cenários alternativos que a Senhora Deputada Raquel Carvalho falou, referiu que num cenário em que os municípios detinham cem por cento da operação, era um cenário muito complexo, não quer dizer que fosse impossível, mas era um cenário muito complexo, era preciso adquirir *know how*, adquirir frota, adquirir recursos humanos, e nenhuma destas operações seria fácil, a solução intermédia que a Senhora Deputada propõe, diria que, sem prejuízo de ter que estudar melhor o tema, à luz daquilo que é o enquadramento quer no regulamento aplicável à Comunidade Europeia, quer à luz daquilo que é o regime jurídico do transporte público de passageiros português, tem dúvidas que fosse possível enquadrar esta solução que aponta, mas salvo melhor opinião remete-se apenas para esta convicção pessoal que tem sem nenhum suporte técnico. -----

- - Sobre o que foi dito pelo Senhor Deputado José Mendes de Sousa e a questão da reversão, referiu que gostaria, nesta discussão, de se centrar mais no plano da lógica e não tanto no plano da ideologia. Compreende todas as declarações que possam ser feitas neste sentido, a CimOeste está a avançar para este modelo, não por nenhuma bravata ideológica, mas porque efetivamente consideram e tem suporte do ponto de vista técnico, que esta é a melhor solução e que permite, em simultaneamente, não só consumir menos orçamento público logo, menos impostos a todos os cidadãos e permite

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

participar numa empresa onde se possa influenciar positivamente políticas públicas que favoreçam a universalidade de acesso ao transporte público, à tendencial gratuitidade de acesso ao transporte público e também uma política pública que permita que seja mais ambientalmente sustentável com renovação de frotas, com mais investimento que permitam uma gestão mais otimizada e digitalizada do sistema e também com transporte flexível que seja mais razoável, eficiente e lógico. -----

- - Em relação à questão dos trabalhadores referiu que tomou boa nota dela, mas ainda está-se na antecâmara dessa discussão, ou seja, neste momento ainda se está a emitir uma recomendação que vai permitir percorrer um determinado caminho, mas ainda há muito caminho a percorrer e haverá tempo para se falar sobre essa matéria, compromete-se desde a primeira hora, e foi daqueles que mais se bateu no Conselho Intermunicipal para que essa discussão fosse feita, o seja, não do topo para a base, mas o contrário, ou seja, iniciar a discussão com os autarca e só depois os órgãos intermunicipais pudessem debater esta matéria e decidir, e por isso tem o compromisso de que vai fazer tudo o que tiver ao seu alcance para transmitir toda a informação relevante e necessária aos senhores Deputados durante este processo que é um processo de extrema importância para todos. -----

- - Tal como foi mencionado pelo Senhor Deputado José Augusto, está-se a falar do regime jurídico do serviço público de transporte, ou seja, à luz da lei é um serviço público, não se pode comparar isso, com o devido respeito, com um restaurante ou um café em que os municípios vão substituir-se à iniciativa privada, não é isso, este serviço é da responsabilidade do Estado e nomeadamente das autarquias locais, é assim que as leis da Assembleia República e a República determinou. Assim, como serviço público que é o Estado tem opções a tomar para perseguir esse serviço público e para prestar esse serviço aos cidadãos, no fundo é como o Serviço Nacional de Saúde, existe um sistema Nacional de Saúde e uma lei de Bases da Saúde que prevê que haja prestação de cuidados de serviço público através do Serviço Nacional de Saúde, mas também há privados a prestarem serviços de saúde no mercado regulado.-----

- - Obviamente é um mercado de interesse geral, mas está regulado e por isso os privados podem prestá-lo. Agora tem que se perceber se se está satisfeito com aquilo que é o serviço público prestado por um privado à data de hoje. Parece-lhe que é inegável a resposta de todos em uníssono é que “não estamos satisfeitos”. A partir daqui é preciso raciocinar e ver como é que se pode melhorar o serviço e acha que apostar na receita de sempre para obter resultados diferentes, como já disse é niife por isso é preciso trabalhar num caminho que permita consolidar uma estratégia para valorizar o transporte público que é responsabilidade dos municípios, não é da responsabilidade de mais ninguém e os municípios assumem isso ou relegam para alguém para assumir e depois têm que se contentar com aquilo que é o resultado dessa operação.-----

- - Acha que é possível fazer mais. É necessário fazer mais e é necessário também fazer melhor, e está cem por cento convencido que a proposta que aqui está hoje presente como recomendação vai precisamente nesse caminho. -----

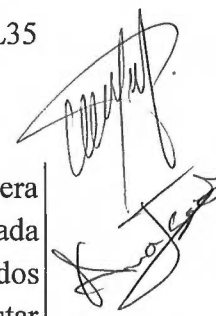
Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

- - Sobre a questão do Senhor Deputado Bernardo Narciso e sobre os custos do Município a longo prazo, referiu que já tinha respondido a essa questão, mas voltou a frisar que se se remeter claramente para a leitura dos documentos de suporte desta deliberação, a VTM refere que os municípios não irão gastar mais, no entanto como decisor político até pode admitir que o município possa vir a gastar mais se for opção estratégica de todos os municípios de forma a investir na melhoria do transporte e portanto a sua resposta é que numa lógica estritamente contabilística a resposta é não, o município não vai gastar mais, o cenário da VTM é muito claro sobre isso, numa lógica de política futura de promoção daquilo que são os objetivos da região e da tendencial gratuitidade, e na aposta da redução tarifária e da descarbonização da frota, provavelmente o produto do lucro de se estar nesta sociedade reverterá para reinvestimento em vez de ser para distribuição de lucros, e portanto, acha que essa opção é uma opção política, estratégica e todos tem uma palavra a dizer sobre ela, pessoalmente tem uma opinião, mas cada um é livre de ter a sua, mas quando lhe perguntam se o município vai gastar menos, a resposta que tem a dar é que a VTM diz que sim, politicamente pode ser que não, tem que se ir avaliando essa distribuição, se é para investir no sistema ou se é para deixar o sistema na mesma, acha que se deve investir no sistema para melhorá-lo e ir ao encontro das necessidades das populações locais. -----

- - Em relação à questão da passivo da Rodoviária do Oeste, referiu que o cenário que a VTM avança é que esta operação tem rentabilidade e tem margem de rentabilidade, não se vai pronunciar sobre a dívida porque os municípios também têm dívidas, o que é preciso pesar nestas opções é aquilo que é o passivo e aquilo que é obrigação de serviço público versus aquilo que é a natureza privada. -----

- - Se se olhar estritamente para a realidade da operação do serviço público de transporte consegue-se verificar que ela é deficitária como não poderia deixar de ser, ou seja, há défice tarifário e gera-se desperdício, mas se se contabilizar toda a operação destas empresas naquilo que é também os serviços ocasionais que já foram referidos, consegue-se encontrar margens de lucro e aquilo que é resultado do exercício de dois mil e dezanove, repete que este cenário é feito com base nos valores de dois mil e dezanove. -----

- - Referiu que o programa “Tua Casa” está fora deste sistema, ou seja, continuará a ser um serviço municipal, aliás, isto ficou fora das obrigações de serviço público, o executivo quando iniciou o serviço “Tua casa” consultou a CimOeste, enquanto autoridade de transportes, de forma a ter autorização para avançar com o projeto e consultou também os operadores, nomeadamente a Boaviagem para saber se estavam em condições de prestar o serviço ao preço que na altura, o executivo entendeu que deveria ser cobrado aos cidadãos e munícipes, e a operadora disse que não estava interessada. Havendo uma falha de mercado e não estando regulado, o executivo avançou com o serviço e não houve nenhum problema, foram pedidas as autorizações necessárias e portanto, o serviço “Tua cara” continuará a ficar fora desta operação. -----



- - Estava admirado de terem resistido à tentação de comparar o incomparável que era falar na TAP e na privação desta operação. Isto não tem nada a ver com a TAP nada mesmo, até porque o transporte aéreo não é uma obrigação do serviço público dos municípios, ou seja, se a TAP falisse o município de Arruda não tinha que prestar serviço público de transporte aéreo a ninguém, não é uma obrigação que o Estado tenha imposto ao município de Arruda e a Comunidade Intermunicipal do Oeste, por isso, não se pode comparar porque é algo que não tem comparação nenhuma com aquilo que está aqui a ser dito, também não se vai pronunciar sobre aquilo que foi o processo de tentativa de privatização da TAP, respeita muito o titular da pasta que fez isso, e a prova que fez bem feito é que a Comissão Europeia aprovou o plano de reestruturação que a TAP apresentou, e acha que isto deveria ser algo que deveria satisfazer todos os portugueses ao invés de não o fazer, o que significa que se conseguiu salvar uma empresa que é estratégica para o desenvolvimento do país e para as exportações.-----

- - Por outro lado, do ponto de vista político, fica feliz, porque no Oeste esta visão do PSD de Arruda sobre esta questão da TAP não ter ganho frutos, não ter causado impacto noutros pontos do território do Oeste, nomeadamente no Cadaval, nomeadamente em Óbidos, e nomeadamente em Alcobaça onde esta matéria foi aprovada pelo PSD, e fica feliz por haver um consenso no Oeste e não haver essa desconfiança que existe no PSD de Arruda relativamente a esta matéria. -----

- - Tal como foi dito pelo Senhor Rui Moreira “e se isto corre bem?”, também tem que se prever que isto corra bem, e correr bem é prestar um melhor serviço aos concidadãos a um custo mais reduzido para o erário público, este o cenário que a VTM estudou, os Senhores Deputados tiveram acesso à documentação, houve duas conferências às quais tiveram acesso para puderam participar, os dados estão em cima da mesa, foi produzido um parecer técnico e científico sobre esta matéria, e portanto, não é sequer matéria que seja sindicável do ponto de vista político é uma inevitabilidade chegar-se a esta conclusão. -----

- - A questão da bilhética do serviço ocasional, é verdade que há muita coisa que sai fora das obrigações de serviço público, mas cinquenta e um por cento passam a ser dos municípios não só bilhética, mas também o serviço ocasional. -----

- - Em relação ao que foi dito pelo Senhor Deputado Edi Gama sobre a forma de como se olha para o privado, referiu que na verdade há sempre aquele preconceito que tudo o que é privado é bem gerido e tudo o que é público é mal gerido, mas pessoalmente não tem essa convicção, nem para um lado, nem para outro, acha que há competência, há boas decisões e há incompetência e há más decisões em todos os setores, em todas as profissões e em todo o lado e, por isso, também acha que as coisas no privado também podem correr mal, e o que é que acontece se as coisas correm mal, se se tiver que lançar um novo concurso quanto tempo se vai demorar a pôr os serviços em marcha? Se isso acontecer no privado, no dia seguinte o terminal de Arruda está cheio de pessoas para irem para Lisboa, como é que se vai fazer o transporte público porque a responsabilidade é do município? O município vai transportá-las com o autocarro do município? Estas são questões que também têm que ser colocadas, portanto, se os

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

municípios tiverem dentro de uma operação é mais difícil que as coisas corram mal, ou só correrão mal se os municípios permitirem, é preciso confiar nas decisões políticas, é preciso confiar que os decisores políticos sabem interpretar a vontade das populações, sabem interpretar melhor as necessidades das populações e sabem conseguir obter ganhos de eficiência e de gestão nos recursos públicos, acha que é uma prova de confiança que todos fazem à região Oeste, se esta proposta poder avançar.-----

- - Por outro lado não há aqui ideologia tem que ser uma lógica funcional, o Senhor Deputado tem que assumir que defende que seja lançado um concurso que nos exatos termos que diz que o município irá gastar trinta e cinco milhões de euros em dez anos, que serão pagos com os impostos de todos os oestinos, ou então tem que ter a abertura de pensamento para considerar que a questão que está em cima da mesa que é uma pareceria público-privada, ou então tem que estar disponível para admitir a hipótese de haver um outro caminho que é adquirir cinquenta e um por cento de um operador constituído por maioria de capital público que gaste menos dinheiro aos cidadãos e que tenha uma agenda que permita atingir objetivos que todos comungam que é a universalidade de acesso, a tendencial gratuidade dos passes e a melhoria ambiental naquilo que são as descarbonização das frotas e da responsabilidade ambiental. Estas são as opções que estão em cima da mesa. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO BERNARDO NARCISO -----

- - Referiu que não resiste a dizer ao Senhor Deputado Rui Moreia que o Porto tem sessenta e três pontos e o Sporting tem cinquenta e sete, se calhar hoje não corria bem. -

- - O Senhor Deputado referiu que quanto a esta matéria, o PSD irá apresentar uma declaração de voto escrita, porque não se baseiam em futurologia e por isso terão que votar contra. -----

- - “Considerando que: -----

- - a) A Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM) é a Autoridade de Transportes para o seu território; -----

- - b) Os Municípios que integram a OesteCIM delegaram nesta, por contrato interadministrativo, as suas competências como Autoridade de Transportes; -----

- - c) A Comunidade Intermunicipal do Oeste pretende implementar um modelo de mobilidade público, universal e tendencialmente gratuito; -----

- - d) O modelo supramencionado visa o reforço e modernização da rede, designadamente o sistema de transportes coletivos públicos (infraestruturas de suporte e material circulante) intermunicipal; -----

- - e) Foram definidas metas de descarbonização a curto e médio prazo, para as quais o transporte público de passageiros contribui de forma ativa; -----

f) Os modelos de contratação seguidos por outras Autoridades de Transportes não têm conduzido aos resultados esperados, terminando muitos deles desertos; -----

- - g) A absoluta necessidade de não existir qualquer rutura no serviço público do transporte rodoviário de passageiros; -----

- - h) O Conselho Intermunicipal, na sua reunião de dezembro de 2021, deliberou a prorrogação das Autorizações Provisórias em vigor, mantendo-se as mesmas válidas até

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

à celebração com o operador interno do contrato de serviço público e não excedendo o prazo máximo de dois anos. -----

- - Deliberação -----

- - Foi deliberado por maioria, aprovar a recomendação ao Conselho Intermunicipal do OesteCIM, com base nos considerandos supra, e nas alíneas seguintes: -----

- - a) Que o modelo de mobilidade no território da Comunidade Intermunicipal do Oeste se processe através de um operador interno; -----

- - b) Que a constituição desse operador interno se traduza na participação da Comunidade Intermunicipal do Oeste na estrutura acionista de uma sociedade comercial detida por um Operador já presente no território do Oeste, assumindo o controlo da mesma através da detenção de, pelo menos, 51% do seu capital social.”-----

- - A bancada Arruda Agora! apresentou declaração de voto que fica anexa à deliberação. -----

PONTO N.º 11 - DESIGNAÇÃO DE 2 MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA-----

- - Presente e-mail da Chefe da UECTJ, datado de 11 de fevereiro.-----

INTERVENÇÃO DA SENHORA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO-----

- - A Senhora Deputada referiu que na reunião de líderes tinha-se considerando que este tema que é de extrema importância, e que no perfil destes elementos participativos a questão política não era a mais importante, mas sim a mais-valia que poderiam dar para este tema. Lamenta que não se tenha chegado a um acordo sobre a participação de vários partidos e por isso sente-se excluída por não haver mais representação política. --

- - Uma vez que só foi apresentada uma única lista, e tratando-se de uma deliberação nominal, procedeu-se a votação secreta.-----

- - Assim foi deliberado, por maioria, com dezoito votos a favor e sete em branco, designar para Conselho Municipal da Cultura, a Presidente da Assembleia Municipal, Catarina Gaspar e o Deputado Jorge da Cunha como elementos efetivos, e como suplentes as Deputadas Emília Rucha e Sónia Camilo. -----

PONTO N.º 12 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) PARA 2022 -----

Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 21 de fevereiro. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Este ponto tem que ver com a inscrição de uma nova rubrica orçamental que não existia no momento inicial da aprovação do orçamento até porque estava tudo muito indefinido, como ainda continua, em alguns aspetos do processo de descentralização de competências do Estado Central para as autarquias locais, sobretudo nas áreas da saúde e da ação social. -----

- - Esta revisão é para aproveitar o facto de existir esta assembleia municipal porque, se não houver nada em contrário, as competências da Saúde transitam automaticamente a partir do dia um de abril, o que significa que terá que haver uma previsão de rubrica para se poder receber os montantes que vêm do Estado Central para a assunção dessas competências. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

- - Foi deliberado, por maioria, com uma abstenção da bancada do Chega, aprovar a 1.^a revisão ao Orçamento e 1.^a revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) para 2022. -----

PONTO N.º 13 - PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 21 de fevereiro-----
INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

Referiu que esta proposta vem no sentido de se adiar a receção das competências no âmbito da ação social. -----

- - De todo o modo o executivo já está a preparar a transferência de competências nesta área, até porque um dos documentos que vêm para conhecimento é precisamente a aprovação dum regulamento que visa regular a matéria do atendimento social, mas no fundo, manda a prudência que se possa pedir mais um tempo por uma razão simples, a equipa está montada, as pessoas já estão selecionadas para fazerem parte da *Task Force* que irá receber esta competência, mas ainda não há a formação dos recursos humanos que estava prevista pelo Ministério, que inicialmente estava prevista para janeiro, depois foi adiado e ainda não foi possível concretizar não existindo nenhuma indicação de quando é que será. Essa formação é muito necessária para que os colaboradores do município possam prestar o melhor serviço possível aos cidadãos. -----

- - Uma vez que a próxima assembleia será apenas em abril achou-se que seria prudente poder deliberar-se a prorrogação deste prazo para não se cometer o risco de no início de Abril, não ter os técnicos formados e ter recebido as competências. -----

INTERVENÇÃO DA SENHORA DEPUTADA FÁTIMA RABAÇAL-----

- - Referiu que este pronto já tinha sido debatido em reunião de câmara no dia quinze de novembro de dois mil e vinte e um, numa reunião onde esteve presente porque é um tema que particularmente é do seu interesse. -----

- - Questionou se para além do regulamento interno que o Senhor Presidente referiu, mais alguma coisa se fez, porque no dia catorze de fevereiro foi prorrogado o prazo, e se isso não tivesse acontecido, havia a obrigatoriedade em aceitar a transferência até dia trinta e um de março. -----

- - Questionou ainda se esta transferência de competências requer ou mobiliza um grande número de recursos humanos. -----

- - A terceira questão é saber se é possível antecipar o prazo que foi prorrogado para um de janeiro de dois mil e vinte e três ou, se se pode aceitar a competência antes desse prazo.-----

- - Questionou ainda sobre qual a mais-valia que o município tem, com esta prorrogação.-----

- - Questionou se não será legítimo incluir outros parceiros com competências de intervenção no domínio da ação social, nomeadamente a CPCJ, as vicentinas e as paróquias. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que do ponto de vista dos recursos humanos, felizmente o sector social do município está capacitado para receber as competências, quer em termos de assistentes

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que, muito em breve, vai-se iniciar aquilo que será provavelmente a conclusão da proposta de revisão do PDM, o que significa que se está a estimar que na reunião de Câmara de vinte e um de março será apresentada a proposta de revisão do PDM que depois seguirá o seu curso, nomeadamente nas instâncias competentes. -----

- - Está estimado fazer-se quatro sessões de esclarecimento, uma na freguesia de Arruda, no Auditório municipal no próximo dia dez de março ao final da tarde, e no próprio dia dez de março também na freguesia de Cardosas, dia 12 de março nas freguesias de S. Tiago dos Velhos e em Arranhó, mas depois seguirão os convites para os Senhores deputados, se puderem estar presentes. -----

- - Face a importância do tema, parece-lhe que é relevante a mobilização de todos para esta discussão que é tão importante para o futuro estratégico do concelho. -----

- - Referiu que durante este mês têm-se estado a sinalizar o mês do Ambiente, tem havido uma série de sessões de esclarecimentos, sessões de compostagem, irá haver várias ações de reflorestação pelo concelho já com base nos estudos eco sistémicos. Durante o mês de março, vai haver também algumas sessões para colocação de ecopontos no concelho que é um objetivo que estava no manifesto eleitoral, vai haver ações no Dia Mundial da árvore e do Dia Mundial da água, e depois na reunião de câmara do dia vinte e um de março haverá vários assuntos de relevante interesse nesta área de eficiência energética. -----

- - Em abril o mês vai ser mais dedicado à área do saúde, com uma conferência científica / pediátrica do Hospital de Vila Franca, logo no dia um de Abril, vai haver algumas iniciativas no Dia Mundial da Saúde que é no dia sete de Abril, bem com outras iniciativas, como a reabertura dos centros seniores aprazada para o dia quatro de abril e também as jornadas de proximidade na freguesia de Cardosas que antecede em reunião de câmara descentralizada que será a primeira deste ano por questões sanitárias. -----

- - Ainda no âmbito da saúde, vai-se envidar esforços para que a freguesia de Cardosas e S. Tiago dos Velhos, passem a ter o balcão SNS-24, à semelhança daquilo que já acontece a Junta de Freguesia de Arruda e na Junta de Freguesia de Arranhó. -----

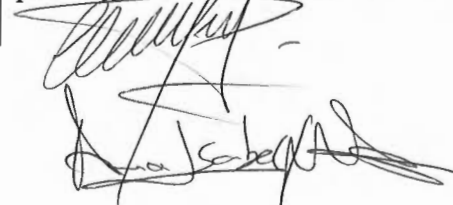
INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ---

- - Referiu que em relação às declarações políticas que os senhores líderes fizeram, não sabe se têm documentos ou se depois enviam para a Assembleia. -----

- - Em relação à declaração política que foi lida pelo Senhor Deputado Bernardo Narciso, questionou se o Senhor Deputado não quer fazer nenhuma alteração à citação que fez, ou “quer mesmo deixar em ata o autor desta frase?” -----

Encerramento -----

- - Não se registando mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, zero horas e vinte e cinco minutos do dia seguinte, para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente da Mesa, Catarina Gertrudes Pulguinhas Gaspar e pela Assistente Técnica, Ana Isabel Amorim Mendes, que redigiu e subscreveu. -----



Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

técnicos quer em termos de técnicos superiores e que a equipa já está constituída. A única limitação que leva o executivo a pedir este adiamento prende-se com o facto de não ter ainda sido possível, por parte da Segurança Social, fazer as ações de formação que estavam sinalizadas como sendo necessárias, até porque vai haver um novo software, um novo programa, vai-se tratar do Rendimento Social de Inserção que é algo que não era tratado pelos funcionários, e portanto, é preciso ter formação e sensibilidade para tratar essa matéria. O executivo confia muito na capacidade e nas competências dos seus colaboradores, mas é necessário ter uma familiaridade com aqueles processos que eles neste momento não trabalham. -----

- - Este adiamento pressupõe a possibilidade do município alargar até esse horizonte temporal que referiu na sua intervenção, mas não exclui que se possa chegar a acordo com a Administração Central e com a Segurança Social para antecipar e se poder assinar antes do final do prazo global e a partir desse momento, fixar a data em que a transferência se materializasse, mas tem que se assinar previamente um auto de receção de competências que ainda não está assinado e que só será assinado depois de haver essa formação. -----

- - Quando à questão da envolvimento de outros parceiros referiu que são sempre envolvidos, no âmbito daquilo que é a rede social existente e do banco solidário, sobretudo, no âmbito do Conselho Local de Ação Social que tem também a participação de todas as entidades que a Senhora Deputada referiu, e muito bem, o executivo conta sempre com eles para fazer aquilo que é preciso ser feito numa área tão importante como é a área social e de coesão social. -----

- - Foi deliberado, por maioria, com a abstenção das bancadas do Chega, da Arruda Agora e da deputada independente, aprovar a prorrogação do prazo de transferência das Competências no domínio da ação social. -----

Documentos para conhecimento -----

Avaliação externa EJAF – Agradecimento-----

- - Presente e-mail do Diretor Pedagógico do Externato João Alberto Faria, datado de 11 de dezembro. -----

Declarações de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso em 31/12/2021, no âmbito da LCPA-----

- - Presente proposta do Senhor Presidente, apresentada em reunião de câmara de 24 de janeiro. -----

Atualização do manual de procedimentos para o ano letivo 2021/2022 – COVID-19

- - Presente documento apresentado em reunião de câmara de 07 de fevereiro. -----

Candidatura aos Órgãos Sociais da ANAM – Mesa do Congresso-----

- - Presente mail da Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 10 de fevereiro. -----

Projeto de Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 21 de fevereiro. -----

III Congresso da ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais-----